

Balancos

Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA

CNPJ: 27.316.538/0001-66

Av. Getúlio Vargas, 556, Centro, Vitória- ES, CEP: 29.010-945

http://www.codesa.gov.br

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2018

MENSAGEM DA DIRETORIA

Completados 113 anos em 28 de março, o Porto de Vitória reafirma a importância de seu papel como indutor do desenvolvimento do Espírito Santo, sua influência na vida da cidade e orgulho da gente capixaba.

Nesse mais de um século, o Porto viveu momentos de grandes conquistas, mas também de desafios, se reinventando nos períodos de altos e baixos, graças ao trabalho e o compromisso de seus empregados, pessoas que se dedicam de corpo e alma para o crescimento da empresa.

Em 2018 não foi diferente, na economia o país atravessou uma situação difícil e mudanças profundas ocorreram na política. Mas para a Companhia Docas do Espírito Santo foi marcante. Em meados do ano a empresa passou a ser 100% pública e na segunda metade colheu os frutos plantados.

Foram homologadas as novas profundidades da dragagem e publicada a Norma Portuária (NORMAP); consolidado o sistema de controle e segurança no tráfego marítimo (VTMIS), em seu primeiro ano de funcionamento; retomada a obra do novo Cais de Atalaia, encerrando o período com 97% dos serviços concluídos; aprovado e lançado o edital para a concessão da implantação do Terminal de Granéis Líquidos (TGL), em Capuaba; dentre outras ações nas áreas ambiental, de pessoal e de administração, que culminaram com o reconhecimento pelo SEST e pelo TCU, de uma gestão moderna, transparente e inovadora no Porto de Vitória.

Na parte de obras físicas, o novo Cais de Atalaia, como já exposto, e as portarias automatizadas em Capuaba e Vitória, dentro do projeto cadeia Portuária Logística (Portolog), ambas em fase de conclusão, são os fatos mais relevantes. O Portolog faz parte de uma série de inovações que estão sendo implantadas no Porto de Vitória.

Entretanto, compõem um projeto maior, que juntamente com a implantação e a homologação das novas profundidades do Canal, da bacia de evolução e dos berços, resultarão em aumento da movimentação portuária em curto prazo.

Essa nova etapa de desenvolvimento acontece em total consonância ao meio ambiente. O Porto de Vitória, inserido no coração da Capital e ao lado de Vila Velha, cercado por diversas comunidades, acompanha e atende os moradores em suas necessidades ambientais e comunitárias. Campanhas de educação ambiental para proteção do caranguejo, coleta seletiva de lixo, pesquisa da fauna marítima no Canal e mangues do entorno e monitoramento da qualidade da água foram algumas das ações da CODESA no decorrer de 2018.

Iniciada a implantação do Programa de Modernização da Gestão Portuária (PMGP) foi outro salto da administração. A empresa realizou mais um Plano de Capacitação para os Trabalhadores e no relacionamento com a sociedade apoiou o MovCidade, que debateu mobilidade urbana. O projeto "Da Cidade ao Porto", completou seis anos, ampliando a visitação, antes só para estudantes, para instituições e associações filantrópicas e comunitárias.

O Porto de Vitória, situado no coração da Capital capixaba, presta contas da gestão 2018 compartilhando nossas ações no relatório que segue.

DIRETORIA EXECUTIVA

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O ano de 2018 foi o ano do princípio da recuperação dos resultados econômicos e financeiros da CODESA, fruto das ações implantadas pela diretoria e voltadas para o controle de gastos e aumento das receitas operacionais. Acreditamos que a manutenção do desempenho verificado em 2018 possi-

bilitará, para os próximos anos, a reversão dos resultados negativos apurados nos exercícios anteriores.

No ano de 2018 a CODESA alcançou um novo recorde de receita ao registrar a marca de R\$ 144,66 milhões de Receita Bruta, valor 4,13% superior ao apurado no exercício anterior, que foi de R\$ 138,92 milhões. Por sua vez, a Receita Líquida foi de R\$ 128,79 milhões, resultado 4,26% acima do registrado no ano anterior, apesar do aumento com tributos que incidem sobre a receita bruta e deduções com vendas canceladas.

Paralelamente aos bons resultados alcançados com as receitas, os Custos dos Serviços Portuários tiveram um leve aumento de 0,11%, fechando o ano de 2018 com a soma de R\$ 66,31 milhões ante os R\$ 66,24 milhões de 2017. Já as Despesas Administrativas somaram R\$ 69,58 milhões, o que representa um aumento de 3,03% em relação a 2017, observa-se contudo, um menor crescimento das despesas quando comparado com os aumentos apurados nos anos anteriores.

O melhor desempenho verificado nos Custos dos Serviços Portuários e Despesas Administrativas é resultado da gestão voltada para a redução de custos, reflexo das medidas saneadoras adotadas no ano de 2017, cujo foco foi o item Pessoal e Encargos, que tem a maior representatividade em ambas as rubricas, através da implantação dos Planos de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e de Demissão Assistida (PDA). Contudo, mesmo com os valores dos Custos dos Serviços Portuários e Despesas Administrativas apurados no exercício de 2018, o Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro registrou um novo déficit de R\$ 8,06 milhões, uma redução de 27,20% quando comparado ao déficit de R\$ 11,07 milhões apurados no ano de 2017.

O EBITDA, indicador que representa o Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, registrou um déficit de R\$ 3,13 milhões em 2018. Apesar deste resultado a rubrica de Aplicações Financeiras registrou um aumento de R\$ 2,66 milhões em 2018, fechando em R\$ 65,25 milhões, o que corresponde ao acréscimo de 4,25% em comparação com o exercício de 2017. O resultado negativo do EBITDA apurado em 2018 foi 73,18% menor do que em 2017, que naquele ano registrou R\$ 11,69 milhões de déficit.

Cabe ressaltar que a Companhia adotou, a partir do exercício de 2018, a metodologia de apuração do EBITDA apresentada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Instrução Normativa Nº 527 de 04 de outubro de 2012, onde procedeu-se a exclusão do item Outras Receitas e Despesas Operacionais do cálculo. Deste modo, optou-se por recalculá-lo EBITDA dos anos anteriores a partir da nova metodologia proposta pela CVM a fim de não prejudicar a comparabilidade entre o resultado corrente do EBITDA e os resultados dos últimos exercícios.

Outro ponto de destaque é a Variação Monetária Ativa e Passiva, cujo valor corresponde a 61,06% do resultado líquido da Companhia, e que registrou no ano de 2018 o déficit de R\$ 11,39 milhões ante os R\$ 14,19 milhões apurados em 2017, o que representa a redução de 19,73% na comparação entre os exercícios. Esta rubrica registra os gastos líquidos com a atualização monetária dos passivos que por muitas vezes não estão sob o controle da Companhia, e é composta basicamente pela atualização do saldo da conta de adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que no ano de 2018 somou a quantidade R\$ 12,03 milhões.

O crescimento da Receita Bruta somada ao desempenho dos Custos e Despesas não foi suficiente para a reversão do Resultado Líquido no exercício de 2018 apurado em R\$ 18,65 milhões negativos, mas contudo foi possível perceber uma melhora na casa de 27,22% quando comparado a 2017.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DA CODESA (2014 - 2018)

| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Varição 2014-2018 | Varição 2017-2018 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Receita Bruta | 130.443.179 | 132.951.965 | 134.131.401 | 138.917.796 | 144.661.958 | 10,90% | 4,13% |
| (-) Deduções | (14.605.318) | (14.683.581) | (14.918.625) | (15.397.145) | (15.875.039) | 8,69% | 3,10% |
| Receita Líquida | 115.837.861 | 118.268.385 | 119.212.776 | 123.520.650 | 128.786.919 | 11,18% | 4,26% |
| (-) Custos Serviços Portuários | (51.644.325) | (55.279.305) | (59.664.931) | (66.242.529) | (66.313.821) | 28,40% | 0,11% |
| Resultado Operacional Bruto | 64.193.536 | 62.989.079 | 59.547.845 | 57.278.121 | 62.473.098 | -2,68% | 9,07% |
| (-) Despesas Administrativas | (50.237.783) | (56.291.780) | (62.041.308) | (67.532.412) | (69.578.302) | 38,50% | 3,03% |
| (-) Despesas Tributárias | (899.793) | (1.171.451) | (1.201.360) | (813.965) | (952.204) | 5,82% | 16,98% |
| Resultado Operacional Antes de Resultado Financeiro | 13.055.961 | 5.525.848 | (3.694.823) | (11.068.256) | (8.057.408) | - 161,71% | -27,20% |
| (+/-)Variação Monetária At./Pas. | (5.852.722) | (4.631.098) | (11.407.832) | (14.186.362) | (11.386.752) | 94,55% | -19,73% |
| (+/-)Receitas Financeiras Líquidas | 6.678.888 | 5.130.446 | 10.107.181 | 7.934.233 | 3.448.848 | -48,36% | -56,53% |
| (+/-) Outras Rec/Desp Operacionais | 4.139.359 | 6.385.233 | 5.742.632 | (8.304.780) | (2.653.798) | -164,11% | -68,04% |
| Lucro Ope. Antes IR/CS | 18.021.485 | 12.410.430 | 747.159 | (25.625.164) | (18.649.110) | -203,48% | -27,22% |
| (-) Imposto de Renda e CSLL | (3.774.228) | (1.272.144) | - | - | - | - | - |
| Lucro Líquido do Exercício | 14.247.257 | 11.138.286 | 747.159 | (25.625.164) | (18.649.110) | -230,90% | -27,22% |
| EBTIDA | 27.457.438 | 22.317.713 | 10.172.888 | (11.686.259) | (3.134.393) | -111,42% | -73,18% |

Tabela 1 – Demonstrações de Resultado da CODESA (2014-2018)

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2018, o Porto de Vitória registrou movimentação de 6,704 milhões de toneladas, o que representou decréscimo (-3,03%) em comparação com o ano anterior. Desse resultado, os terminais administrados pela CODESA foram responsáveis por 3,1 milhões de toneladas, o que representou uma redução (12,01%) em relação ao ano anterior. Já as instalações arrendadas responderam por 3,55 milhões de toneladas, representando acréscimo (+6,61%) comparado a 2017.

Nessa série histórica de 3 anos, 2018 é o primeiro ano no qual os terminais arrendados movimentaram volume de carga superior aos terminais públicos. O Terminal de Vila Velha respondeu por 85% desse resultado e o Terminal Peiú alcançou o maior crescimento comparativamente aos anos anteriores.

Quanto aos Terminais CODESA, todos apresentaram queda no comparativo

entre 2018 e 2017. Cabe ressaltar que o Cais Comercial e Cais de Paul alcançaram desempenho superior ao realizado em 2016.

Quanto aos Terminais Privativos, houve uma ligeira queda (-0,75%), influenciada pelo desempenho do TABR, Barra do Riacho - Terminal de Barcaças e Praia Mole. Deve-se destacar o crescimento na movimentação da Portocel, que ultrapassou 10 milhões de toneladas, atingindo o melhor resultado da série histórica.

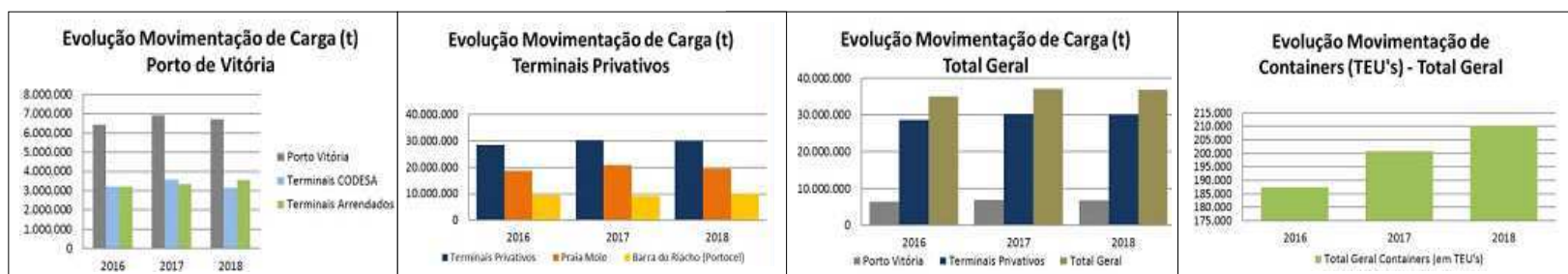
Dentre os aspectos que auxiliam a compreender os resultados do complexo portuário em 2018 estão a greve dos caminhoneiros, a tensão comercial entre Estados Unidos e China e o desempenho de alguns segmentos econômicos no Espírito Santo. Torna-se fundamental a finalização das obras que garantirão os ganhos operacionais ao Porto de Vitória e melhores condições competitivas.

Demonstrativo Operacional - Movimentação de Cargas (Peso Bruto - t)

| Terminal/Cais | 2016 | 2017 | 2018 | Varição (%) 2018-2016 | Varição (%) 2018-2017 |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------|
| Porto Vitória | 6.434.542 | 6.913.919 | 6.704.349 | 4,19% | -3,03% |
| Terminais CODESA | 3.218.511 | 3.579.281 | 3.149.414 | -2,15% | -12,01% |
| Cais Comercial | 275.308 | 456.447 | 379.103 | 37,70% | -16,94% |
| Cais Capuaba | 1.782.194 | 1.738.427 | 1.502.496 | -15,69% | -13,57% |
| Cais Paul-Gusa | 1.161.009 | 1.384.407 | 1.267.815 | 9,20% | -8,42% |
| Terminais Arrendados | 3.216.030 | 3.334.638 | 3.554.934 | 10,54% | 6,61% |
| Terminal Vila Velha - TVV | 2.919.783 | 2.899.811 | 3.032.081 | 3,85% | 4,56% |
| Terminal PEIÚ | 229.646 | 365.733 | 475.891 | 107,23% | 30,12% |
| Flexibras | 66.602 | 69.094 | 46.963 | -29,49% | -32,03% |
| Terminais Privativos | 28.581.309 | 30.225.256 | 29.997.899 | 4,96% | -0,75% |
| Praia Mole | 18.759.955 | 20.764.583 | 19.628.823 | 4,63% | -5,47% |
| Barra do Riacho (Portocel) | 9.507.994 | 9.254.494 | 10.207.828 | 7,36% | 10,30% |
| Barra do Riacho - Portocel | 6.722.152 | 6.851.432 | 7.273.578 | 8,20% | 1,92% |
| Barra do Riacho - Barcaças | 2.785.842 | 2.403.062 | 2.934.250 | 5,33% | -13,74% |
| TABR - Petrobras - Barra do Riacho** | 313.360 | 206.179 | 161.248 | -48,54% | -21,79% |
| Total Geral | 35.015.851 | 37.139.175 | 36.702.248 | 4,82% | -1,18% |
| Total Geral Containers (em TEU's) | 187.442 | 200.755 | 210.405 | 12,25% | 4,81% |

Fonte: Codesa Online / Antaq.

Tabela 2 - Demonstrativo Operacional - Movimentação de Carga (Peso Bruto - t)



Fonte: Codesa Online / Antaq. Elaboração: COPLAD-CODESA

Figura 1 - Evolução da Movimentação de Carga (t)



Gráfico 1 - Movimentação de cargas nos terminais administrados pela CODESA 2018 (t)

No Gráfico 1 é possível verificar o ranking das principais mercadorias do ano de 2018. O grande destaque foi o fertilizante, ainda que em menor volume no comparativo com 2017 (-9,1%). Esse mesmo comportamento se repetiu com ferro gusa (-21,65%), hulha (-13,70%) e soda cáustica (-3,70%). Combustíveis (+6,55%), graneis agrícolas (+21,28%), mármo-

re e granito (+78,93%), concentrado de cobre (+2,3%) também foram mercadorias relevantes, e todas tiveram aumento no volume movimentado comparando-se com o acumulado do ano anterior. Juntas, as mercadorias mencionadas acima responderam por mais de 50% do total movimentado pelo porto no ano de 2018.

Conforme indicado na Tabela 3, em 2018, o Porto de Vitória recebeu 1.109 atracações, o que representou uma retração (-11,70%) em relação a 2017, tendo os Terminais da CODESA apresentado decréscimo (-15,63%). Houve ainda queda no comparativo com o ano anterior para os Terminais Arrendados (-6,15%) e Privativos (-6,31%). Tais resultados podem ter impactado o indicador de Tempo Médio de Espera de Navios, conforme Tabela 4, tendo especificamente os Terminais de Capuaba, Paul e TVV, alcançado uma redução na comparação com 2018.

Demonstrativo Operacional - Nº Atracações

| Terminal | 2016 | 2017 | 2018 | Varição 2018-2016 | Varição 2018-2017 |
|------------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|----------------------|
| Porto Vitória | 1.402 | 1.256 | 1.109 | -20,90% | -11,70% |
| Terminais CODESA | 836 | 736 | 621 | -25,72% | -15,63% |
| Terminais Arrendados | 566 | 520 | 488 | -13,78% | -6,15% |
| Terminais Privativos | 1.993 | 1.712 | 1.604 | -19,52% | -6,31% |
| Praia Mole | 525 | 524 | 504 | -4,00% | -3,82% |
| Barra do Riacho | 1.394 | 1.127 | 1.050 | -24,68% | -6,83% |
| TABR - Petrobras - Barra do Riacho | 74 | 61 | 50 | -32,43% | -18,03% |
| Total Geral | 3.395 | 2.968 | 2.713 | -20,09% | -8,59% |

Tabela 3 - Demonstrativo Operacional - Nº Atracações

Vitória (ES), Segunda-feira, 08 de Abril de 2019.

| Demonstrativo Operacional - Tempo Médio de Espera de Navios (h) | | | | | |
|---|--------|--------|--------|-------------------|-------------------|
| Terminal | 2016 | 2017 | 2018 | Varição 2018-2016 | Varição 2018-2017 |
| Porto Vitória | | | | | |
| Terminais CODESA | | | | | |
| Vitória | 7,63 | 17,30 | 18,28 | 139,52% | 5,64% |
| Capuaba | 30,93 | 52,50 | 20,08 | -35,07% | -61,75% |
| Terminal Paul-Gusa | 32,97 | 53,00 | 23,69 | -28,14% | -55,30% |
| Terminal São Torquato | - | - | - | - | - |
| Terminais Arrendados | | | | | |
| Terminal Vila Velha - TVV | 11,38 | 22,60 | 20,45 | 79,68% | -9,52% |
| Terminal Peiú | 10,06 | 14,90 | 20,32 | 101,99% | 36,38% |
| Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás | 6,13 | 3,30 | 5,65 | -7,83% | 71,21% |
| Terminais Privativos | | | | | |
| Praia Mole | 133,35 | 375,60 | 462,60 | 246,91% | 23,16% |
| Barra do Riacho | 12,00 | 86,70 | 72,90 | 507,50% | -15,92% |
| TABR - Petrobras - Barra do Riacho | 93,94 | 25,50 | 23,20 | -75,30% | -9,02% |

Tabela 4 - Demonstrativo Operacional - Tempo Médio de Espera de Navios (h)

Com relação a Taxa Média de Ocupação, conforme demonstra-se na Tabela 5, no que se refere aos Terminais CODESA, os berços 905 e 102 o melhor resultado dos últimos 3 anos, algo que também aconteceu no berço 206, dentre os Terminais Arrendados.

Com relação às quedas, Capuaba (berços 201 e 202) obteve o resultado menos expressivo da série histórica, o que também aconteceu com os berços 101 e 103 do Cais Comercial de Vitória e o berço 906 da Flexibras. O TVV, apesar da queda em 2018, alcançou resultado superior ao realizado em 2016. Vale sinalizar que o Terminal teve aumento na movimentação, o que pode indicar melhoria da produtividade.

| Demonstrativo Operacional - Taxa Média de Ocupação Berço | | | | | |
|--|--------|--------|--------|-------------------|-------------------|
| Berço | 2016 | 2017 | 2018 | Varição 2018-2016 | Varição 2018-2017 |
| Porto Vitória | | | | | |
| Terminais CODESA | | | | | |
| Capuaba | | | | | |
| Capuaba 201 | 56,55% | 52,01% | 50,24% | -11,16% | -3,41% |
| Capuaba 202 | 60,13% | 61,89% | 51,99% | -13,54% | -16,00% |
| Capuaba 207* | - | - | - | - | - |
| Terminal Paul | | | | | |
| Paul 905 | 75,36% | 81,46% | 86,55% | 14,85% | 6,25% |
| Terminal São Torquato | | | | | |
| São Torquato 902 | - | - | - | - | - |
| Vitória | | | | | |
| Cais Comercial 101 | 49,45% | 54,51% | 30,92% | -37,47% | -43,28% |
| Cais Comercial 102 | 81,01% | 63,60% | 81,73% | 0,88% | 28,50% |
| Cais Comercial 103 | 76,50% | 71,98% | 63,99% | -16,36% | -11,11% |
| Cais Comercial 104** | - | - | - | - | - |
| Terminais Arrendados | | | | | |
| Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás | | | | | |
| Flexibrás 906 | 73,80% | 75,84% | 65,68% | -11,01% | -13,40% |
| Terminal Peiú | | | | | |
| Peiú 206 | 43,72% | 51,07% | 59,88% | 36,97% | 17,26% |
| Terminal TVV | | | | | |
| TVV 203 | 47,21% | 52,29% | 48,59% | 2,91% | -7,08% |
| TVV 204 | 46,44% | 52,48% | 48,82% | 5,12% | -6,98% |

Tabela 5 - Demonstrativo Operacional - Taxa Média de Ocupação Berço

3. INVESTIMENTOS

Em 2018 a CODESA registrou investimento total de R\$ 42,085 milhões, valor 3,59% superior ao investido no ano de 2017, que registrou a quantia de R\$ 40,627 milhões. Importante ressaltar que do total investido em 2018, parte dos valores tiveram origem no Orçamento Geral da União (OGU) somando R\$ 41,622 milhões, os outros R\$ 463 mil correspondem ao orçamento executado com recurso próprio da Companhia.

Dentre as ações executadas no ano de 2018, destacamos como principais a obra de construção do novo Cais na região dos Dolphins do Atalaia, que somou a quantia de R\$ 31,569 milhões e representa 75,85% do valor investido com Recursos da União no exercício, além da implantação do Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e Cadeia Logística e o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (Vessel Traffic Management Information System - VTMIS), que já se encontra em operação. Os referidos projetos estão apresentados com os devidos detalhamentos na sessão Fatos Relevantes deste documento.

| Investimentos - Execução Orçamentária | | | |
|--|--------------------------|------------|-------------------|
| RUBRICAS | Valores Executados [R\$] | | |
| | 2017 | 2018 | Varição 2018/2017 |
| INVESTIMENTOS | 40.626.751 | 42.085.351 | 3,59% |
| RECURSOS PRÓPRIOS | 1.528.569 | 463.311 | -69,69% |
| Manutenção e Adeq. Ativos. Inf. Teleprocessamento | 4.798 | - | 0,00% |
| Manutenção e Adequação de Bens Imóveis | 340.572 | 321.457 | -5,61% |
| Manutenção Adeq. Bens Móveis, Veíc. Máq. e Equip | 55.562 | 137.704 | 147,84% |
| Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária | 1.127.637 | 4.150 | -99,63% |
| Construção Cais Região Dolphins Atalaia Porto Vitoria | - | - | 0,00% |
| RECURSOS DA UNIÃO | 39.098.182 | 41.622.040 | 6,46% |
| Construção Cais Região Dolphins Atalaia Porto Vitoria | 28.740.174 | 31.568.850 | 9,84% |
| Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária | 1.500.000 | - | 0,00% |
| Implantação Prog. de Conf. Gerenci. Res. Sólidos. | - | - | 0,00% |
| Estudos Para o Planejamento do Setor Portuário | - | - | 0,00% |
| Implantação Sist. Apoio Gestão de Tráfego de Navi-os | 2.267.876 | 4.064.626 | 79,23% |
| Implantação Sist. Port. Monit. Cargas e Cadeia Logist. | 6.590.132 | 5.988.564 | -9,13% |

Tabela 6 - Investimentos - Execução Orçamentária

4. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2018 foi marcado por uma gestão estratégica na área. Buscando alinhamento aos objetivos e metas da Companhia, a Coordenação de Recursos Humanos investiu em um Plano de Capacitação diferenciado: entre grupos de estudo, visitas técnicas e cursos presenciais, as modalidades de treinamento foram desenvolvidas com o propósito de nivelar o conhecimento profissional aos grandes desafios da empresa. Foram ofertados seis grupos de estudo, realizadas três visitas técnicas e ministrados 16 cursos presenciais, totalizando mais de 200 horas/aula de treinamento interno.

No mesmo contexto, ações de integração também marcaram o ano de 2018: o incentivo ao esporte reuniu mais de 30 empregados atletas em evento nacional de corrida, contribuindo para a saúde, a autoestima e a integração dos participantes. Outras ações de integração foram promovidas, tais como eventos culturais e palestras temáticas.

No âmbito do Serviço Social, a CODESA realizou o 8º Café Com Saúde, evento anual que reúne empregados, família e comunidade, promovendo debates e palestras sobre saúde física e mental, além de despertar a consciência social dos colaboradores.

Em continuidade aos Planos de Demissão iniciados no ano de 2017, permaneceu em vigor em 2018, até o mês de julho, o Plano de Demissão Assistida (PDA), iniciativa que oportunizou o desligamento de empregados já aposentados.

Com relação ao Plano de Saúde, a CODESA registrou aumento na arrecadação de coparticipação dos aposentados, em razão das ações de cobrança implementadas: 197,10% em comparação a 2016 e 49,62% em comparação a 2017.

Figurou também como ação de grande importância a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho entre CODESA e Sindicatos representantes das categorias de trabalhadores da Companhia, firmado após longo período de negociações.

Por fim, a Coordenação de Recursos Humanos foi parceira na organização e realização do evento de final de ano da CODESA, que proporcionou o lançamento do livro 'Alma de Portuário', memorial histórico do Porto de Vitória, obra do jornalista-portuário José Carlos Mattedi, da CODESA.

5. MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA

Foram realizadas ações de fiscalização, conscientização e preservação junto à comunidade portuária e moradores da Área de Influência Direta (AID) do Porto de Vitória, tais como: campanha educativa sobre a andada do caranguejo-uçá, em conjunto com as prefeituras de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra; concretização do Projeto Sustentabilidade e Economia Criativa no processo da Coleta Seletiva e Reciclagem, que envolveu 1.234 alunos de seis escolas públicas de Vila Velha; e duas reuniões do Comitê Comunitário da CODESA com lideranças dos bairros do entorno do Porto, para apresentação dos projetos da companhia.

Os projetos internos apresentaram excelentes resultados: na área portuária houve queda de 80% no número de notificações nos terminais públicos do Porto de Vitória, graças ao trabalho da equipe da Coordenação de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho (COMAST) da CODESA, e da Environ-Link - prestadora de serviço de apoio na Gestão Ambiental da Licença Ambiental de Regularização (LAR) N.º 006/2014. As áreas verdes na zona portuária receberam proteção especial, de preservação da flora e da fauna (pequenos animais e répteis) e os simulados de controle de derramamento de óleo no mar obtiveram êxito com resposta rápida e eficiente.

O Dia Mundial da Água e Semana Mundial do Meio Ambiente contaram com palestras, exibição de filmes e realização de atividades lúdicas para os trabalhadores do Porto. Dois projetos ganharam destaque: o sistema de captação e reaproveitamento de água de chuva para lavar a carga de ferro-gusa no Terminal de Paul, pela parceira Multilift, com reuso de 500 mil litros mensais e economia anual de R\$ 240 mil; e o projeto Parcerias - Experiência 'Mangueando na Educação', que recebeu menção honrosa no 1º Prêmio Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental, durante o Ecobrasil - Seminário Nacional sobre Indústria Marítima e Meio Ambiente, no Rio de Janeiro.

Na área de Segurança do Trabalho foram realizadas apresentações sobre a saúde física e psicológica da mulher, por ocasião do Dia Internacional da Mulher; promovida a Semana Interna de Proteção de Acidentes (SIPAT-ES), com palestras, realização de exames e aulas de atividades físicas.

6. IMAGEM E RELACIONAMENTO CORPORATIVO

Ações de fortalecimento da imagem da empresa junto à sociedade, comunidade portuária e governos foram ampliadas em 2018. Tradicionalmente, a CODESA participa da feira Intermodal South America, importante evento de logística e comércio exterior que une empresas do segmento de transportes, entidade públicas e órgãos de regulação. A participação em 2018 foi marcada pela realização de mais de 80 reuniões no estande da Companhia, nos três dias de evento, considerando as realizadas pelo Porto e pelos parceiros institucionais e comerciais presentes no espaço.

Na ocasião, foram coordenadas ações com vistas à promoção da divulgação do conceito da criação de um Centro de Referência em Tecnologias Portuárias no Espírito Santo, que representará importante ferramenta para promoção de inovações e competitividade, possibilitando melhoria nos processos e no fluxo de informação logístico-portuário entre as organizações, instituições de ensino, centros de pesquisa, empresas e governo do Espírito Santo. Como resultado, foram assinadas Cartas de Intenções com a Associação dos Terminais Retroportuários, Portuários e dos Usuários dos portos do Estado do Espírito Santo (ATRES), Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA), Fundação Valenciaport, do Porto de Valência, Espanha e empresas privadas.

Na relação com a comunidade, o Edital 2018 selecionou, entre diversas propostas recebidas, projetos que contemplaram ações culturais e benéficas, com excelente retorno à imagem da CODESA. Foram eles: Feira Sabor e Arte, evento gastronômico realizado na Praça Costa Pereira, Centro de Vitória; o evento Mov.Cidade, com mostra de cinema e fórum que debateu mobilidade urbana.

O ano também foi de consolidação para o programa de visitas 'Da Cidade ao Porto', realizado há seis anos. Em 2018 foram atendidas 58 instituições de ensino (dos níveis fundamental, médio, superior e pós) e entidades filantrópicas e comunitárias, totalizando 1.912 visitantes, que conheceram a história do Porto de Vitória e acompanharam de perto as atividades operacionais e logísticas do Porto. Destaque para os estudantes do Programa Gira Mundo, da AIESEC – sigla em francês para Association Internationale des Étudiants en Sciences Economiques et Commerciales, maior movimento de liderança jovem do mundo, que conta com voluntários de diversos países para ações sociais no Espírito Santo.

7. FATOS RELEVANTES

7.1. Novo Cais de Atalaia

Os antigos dolphins são imagens do passado. Deram lugar e uma belo e extenso cais multiuso, com 278,9m de extensão e retroárea de 19.963 mil m², para movimentação de cargas. O Berço público 207 receberá cargas gerais e especialmente combustíveis, após a implantação do Terminal de Granéis Líquidos (TGC), em Capuaba, garantindo abastecimento para todo o Estado do Espírito Santo.

O cais contínuo conta com 14 cabeços, 12 defensas e profundidade de 12,5 metros, possibilitando a entrada de navios com maior capacidade de carga.

A obra foi orçada em R\$ 180 milhões, recursos provenientes do Governo Federal.

7.2. Homologação da Dragagem

O Canal de Vitória, a bacia de manobras e todos os nove berços dos terminais públicos e arrendados do Porto de Vitória tiveram homologadas pela Marinha do Brasil, as novas profundidades. Concluída a obra no final de 2017, foram realizadas a batimetria, as simulações de manobras no laboratório da Universidade de São Paulo (USP) e apresentados à Capitania dos Portos os projetos da nova sinalização náutica no ano passado, cujas ações foram aprovadas Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha (DHN) em dezembro de 2018. Os próximos passos para 2019 visam à obtenção dos ganhos operacionais, implantação da sinalização náutica e elaboração de estudos complementares apontados no relatório de estudo de manobrabilidade. O investimento foi de R\$ R\$118,6 milhões, com recursos federais. Foram derrocados e dragados cerca de 1,8 milhões de m³ de sedimentos. O Canal de Vitória tem oito quilômetros de extensão.

| COMO ERA / COMO FICOU | | | | |
|---------------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|
| | ANTES | | DEPOIS | |
| | PROFUNDIDADE | CALADO | PROFUNDIDADE | CALADO |
| CANAL DE ACESSO | 11,70m | 10,67m (com maré) | 14m | 12,50m (sem maré) |
| BACIA DE EVOLUÇÃO | 11,70m | 11,20m (com maré) | 13m | 12,50m (sem maré) |
| TERMINAIS PORTUÁRIOS | ANTES | | DEPOIS | |
| | BERÇOS | CALADOS | PROFUNDIDADE | CALADO |
| Cais Comercial de Vitória | 101 | 8m | 13m | 12,50m |
| | 102 | 7,80m | 10m | 9m |
| Cais de Capuaba | 201 | 10,70m | 13m | 12,50m |
| | 202 | 10,10m | 13m | 12,50m |
| Cais de Atalaia | 207 | 10,10m | 14m | 12,50m |
| Cais de Paul | 905 | 10,40m | 11m | 10,70m |
| | | | | |
| Terminal de Vila Velha | 203 | 11m | 14m | 12,50m |
| | 204 | 11,20m | 14m | 12,50m |
| Terminal de Peiú | 206 | 10,10m | 11m | 10,70m |

Fonte: Coordenação de Obras e Manutenção/CODESA

Figura 2 – Demonstração do antes e depois da obra de dragagem

7.3. Portarias Inteligentes – PORTOLOG

Primeira Companhia Docas a iniciar o projeto e a obra, a CODESA está em fase de finalização em Capuaba e com os serviços bastante avançados em Vitória. As novas portarias de acesso aos terminais portuários na Capital e em Vila Velha fazem parte do Projeto Cadeia Logística Inteligente (CLPI) da Secretaria Nacional de Portos (SNP) e são um moderno e inovador sistema de informação denominado Portolog, para gerenciamento do tráfego de caminhões. Totalmente informatizadas, as portarias garantem segurança de acesso, acompanhamento online da carga, desde a origem, promove a difusão da informação para a comunidade portuária, facilita a programação e agiliza as operações. Para os moradores do entorno do Porto, especialmente dos bairros próximos a Capuaba, será o fim das filas de caminhões na rodovia de acesso.

Em Capuaba, a portaria contará com oito gates – quatro entradas e quatro saídas e, em Vitória, dois gates – uma entrada e uma saída. O projeto ainda contempla câmeras para total controle de acesso, leitores OCR, etiquetas inteligentes para caminhões e equipamentos de radiofrequência que só permitirão a entrada dos veículos pré-agendados: datas e horários de atracação dos navios passarão a ser sincronizados com o acesso dos caminhões, proporcionando agilidade e segurança. O custo das portarias e toda infraestrutura de acesso é de R\$ 25 milhões.

7.4. Sistema de Controle e Segurança da Navegação – VTMIS

Único porto público brasileiro a operar com o sistema de controle de navegação, o VTMIS do Porto de Vitória completou um ano de operação e os resultados superaram expectativas. Em 2018 foram realizadas mais de 292 mil ações de controle de tráfego, com potencial incremento da segurança da navegação. Um total de 2.530 embarcações movimentaram os portos de Vitória, Praia Mole e Tubarão – os dois últimos compõem a área de cobertura do sistema. Além dos navios comerciais e militares, o balanço das atividades do VTMIS abrange o monitoramento de barcos pesqueiros, de passeio, lazer e eventos náuticos, inclusive à noite, por meio de câmeras de infravermelho de longo alcance.

O boletim de operações do VTMIS aborda sete itens: incidentes, acidentes, descumprimento de normas, ações de controle de tráfego de embarcações, comunicações, acionamento de serviços aliados e descumprimento de normas e procedimentos. Um dos dados mais significativos é o que registra o descumprimento de normas e procedimentos. A partir do monitoramento do Vitória VTS as embarcações passaram a cumprir as determinações legais e as infrações vem caindo: no primeiro trimestre de 2018 foram 10; no segundo trimestre, quatro registros; de julho a setembro, apenas dois e nos últimos três meses do ano, somente uma infração foi registrada.

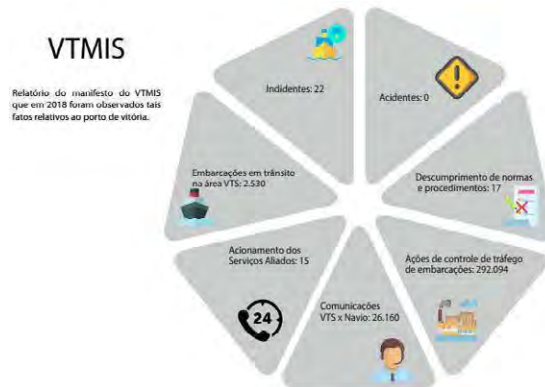


Figura 3 – Balanço de 2018 a partir do monitoramento do Vitória VTS. Fonte: Coordenação de Gestão do VTS / CODESA

7.5. Programa de Modernização da Gestão Portuária – PMGP

O Projeto Modernização da Gestão Portuária (PMGP) na Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), trabalha o desenvolvimento e implementação dos aspectos relativos à melhoria da gestão organizacional, de acordo com a diretriz do marco regulatório a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

O ano de 2018 consistiu na implantação dos processos redesenhados. A concepção para o detalhamento do planejamento do projeto de implantação foi apoiada na atualização de ferramentas chaves da gestão, como o Planejamento Estratégico, Estrutura Organizacional, análises e melhorias sobre os processos, atualizações sobre sistemas e implantação das práticas de gestão de projetos.

Todo o trabalho produziu a arquitetura de fluxos processuais da Companhia, suporte para o acompanhamento do Planejamento estratégico, levantamento de indicadores relacionados aos processos redesenhados e propostas de melhorias e a implantação vem ocorrendo por setores. A meta é concluir os 100% até Abril de 2019, lembrando sempre que a proposta do programa de modernização da gestão portuária e dinâmico e precisa se manter renovado.

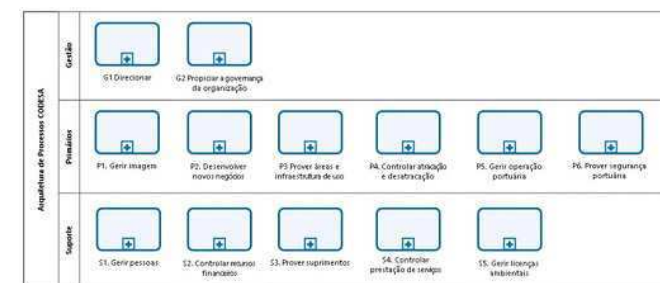


Figura 4 – Arquitetura de processo da CODESA, redesenhados no programa de modernização da gestão portuária

Vitória (ES), Segunda-feira, 08 de Abril de 2019.

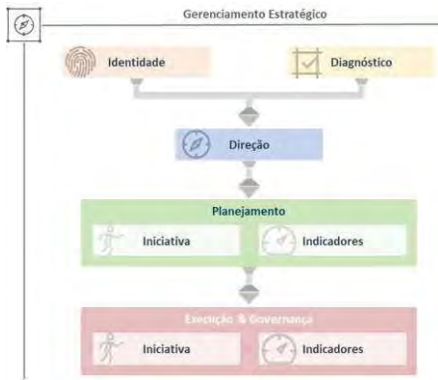


Figura 5 – Diagrama de gerenciamento estratégico da Codesa

7.6. Terminal de Granéis Líquidos – TGL

A proposta partiu da diretoria da CODESA. O projeto foi apresentado e aprovado pelo Governo Federal e o órgão regulador, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), realizou Audiência Pública em Vitória visando obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento técnico-jurídico de edital e contrato de arrendamento. O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o edital e foi marcado o leilão. A implantação do TGL em Capuaba terá como principal suporte o novo Cais de Atalaia, fundamental para dar capacidade de operação de combustíveis. O TGL ocupará uma área de 75 mil m² com capacidade de armazenagem estática (tancagem) de 60 mil m³. A licitação foi em março de 2019, na Bovespa, e faz parte do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI).

| TGL EM NÚMEROS | | |
|--|--------------------------------|-------------------------|
| ÁREA TOTAL | 75.000 m² | |
| INVESTIMENTO | R\$ 120 milhões | |
| CAPACIDADES A SEREM INSTALADAS | Armazenagem Estática 60.000 m³ | |
| ACRESCIMO NA MOVIMENTAÇÃO DO PORTO NO PRIMEIRO ANO DE MOVIMENTAÇÃO | 750 mil toneladas | |
| RÉGUA DO TEMPO | Edital | Terceiro trimestre 2018 |
| | Leilão | Quarto trimestre 2018 |
| | Início da Operação | 2020 |
| | Prazo do Arrendamento | Até 25 anos |

Figura 6 – TGL em números. Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento/ CODESA

Serão investidos R\$ 128 milhões na construção pela empresa ganhadora da concorrência pública. A expectativa é que sejam gerados 450 empregos diretos e indiretos durante a implantação, e 300 diretos e indiretos no início das operações. O TGL vai atender ao mercado de combustíveis regional. Atualmente, a grande maioria das descargas de navios com combustíveis vem ocorrendo através de porto privado, portanto, fora da gestão da CODESA.

7.7. Plano Mestre

Conduzido pela Secretaria Nacional de Portos, ao longo de 2018 a CODESA auxiliou na mobilização de diversos atores para levantamento de informações e esclarecimentos de dúvidas, quando teve início a elaboração das propostas dos Planos Mestres dos Portos de Vitória e Barra do Riacho, que integram o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP). O documento nasceu de amplo debate com os 27 operadores portuários que atendem aos portos de Vitória e Barra do Riacho. O objetivo foi conhecer o trabalho dos operadores, as instalações de trabalho, demandas de carga, etc., cujo resultado compõe o Plano Mestre até o ano de 2022, norteando a logística e a infraestrutura portuária, com ações direcionadas e propostas melhorias e investimentos de curto, médio e longo prazos nos portos e em seus acessos. Os debates foram enriquecidos com as participações de representantes de 15 órgãos externos, 14 Terminais de Uso Privado (TUP's), 10 arrendatários e 5 prefeituras (Vitória, Anchieta, Aracruz, Serra e Vila Velha), cinco autoridades portuárias, autoridade marítima (Marinha) e Governo do Estado, além de especialistas do Ministério de Infraestrutura, Departamento de Planejamento da Secretaria Nacional de Portos (SNP); Laboratório de Transporte e Logística (LabTrans) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (DIRPAD) da CODESA. O programa abrange: gestão portuária, acesso rodoviário e ferroviário, relação porto-cidade e infraestrutura, operações e capacidade do Porto de Vitória.

7.8. Relação Porto-Cidade

A relação porto-cidade consta de projetos e ações da CODESA e do Governo Federal. No plano ministerial, é um dos temas do Plano Mestre da Secretaria Nacional de Portos, que apresenta uma visão de como o complexo portuário capixaba e sua infraestrutura estão inseridos no âmbito urbano, social, ambiental e econômico do Estado, incluindo a integração social do porto ao espaço urbano da Grande Vitória. No âmbito da empresa, há seis anos a CODESA desenvolve o programa de visitas "Da Cidade ao Porto" que busca a integração com a comunidade. Nesse período, o projeto atendeu 11.574 pessoas que conheceram as atividades operacionais e logísticas da empresa. Foram visitantes dos estados de Mato Grosso, Rio de Janeiro e Distrito Federal, bem como da ONG Engenheiros Sem Fronteiras, que reúne estudantes de todo o Brasil. Dentre as várias instituições que estiveram no porto, destaque para a visita

emocionante das mulheres em tratamento de câncer do Grupo de Apoio a Pessoas com Câncer (GAPC).

Evolução do Programa de Visitas

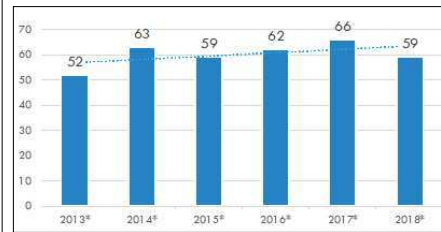


Gráfico 2 - Instituições atendidas em 2018. Fonte: Coordenação de Comunicação / CODESA

7.9. Governança e Transparência

A CODESA começa a colher os frutos da implantação de uma gestão transparente e com maior rigor no controle de risco. Subiu mais de 66% no Índice de Governança (IG) da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, e passou a figurar entre as 25 melhores empresas públicas em transparência. Foi a única companhia docas no topo do ranking no 3º Ciclo de certificação (último de 2018). Boa nota em governança e eficiência, aprovação também no quesito transparência: a CODESA obteve excelente posição entre os órgãos públicos menos suscetíveis à fraude e corrupção, divulgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que colheu informações em 287 instituições públicas no país. As avaliações são o reconhecimento da reestruturação de governança da empresa e a meta da Diretoria é chegar ao menor índice de fragilidade devido às medidas implementadas. Aliado a esse novo foco da governança, a empresa passou a investir mais na qualificação de pessoal e implantação de um novo padrão de gestão, que é o Programa de Modernização da Gestão Portuária (PMGP), do Ministério da Infraestrutura. Entre outras ações, também criou uma Comissão de Risco, que vem atuando fortemente e busca, junto aos órgãos de controle como o próprio TCU, construir uma empresa dinâmica, sólida, calcada nos mais rigorosos atos de transparência, controle e gestão.

MAPA DE EXPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL A FRAUDE E CORRUPÇÃO

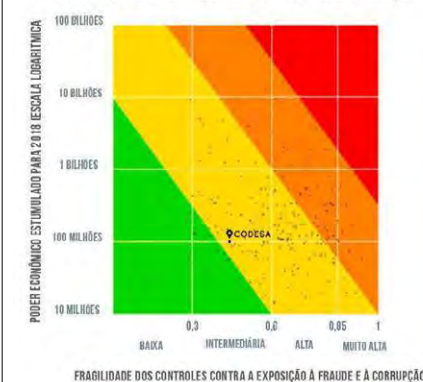


Figura 7 – Posição da CODESA no mapa de exposição da administração pública federal à fraude e corrupção divulgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)

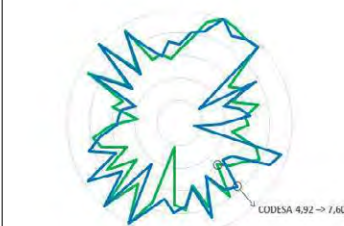


Figura 8 – Progresso da CODESA junto ao ranking das melhores empresas públicas em transparência)

8. AGRADECIMENTOS

Renovamos agradecimentos aos nossos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço.

Vitória, 22 de fevereiro de 2019.

DIRETORIA EXECUTIVA

Aprovada na 1776ª reunião Ordinária de Diretoria Executiva (DIREXE), em 27 de fevereiro de 2019.

Luis Claudio Santana Montenegro

Diretor Presidente

Mayhara Monteiro Pereira Chaves - Até Abril de 2018

Walter Arruda Amâncio - A partir de Abril de 2018

Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento

Guilherme Fernandes Magalhães Zucoloto

Diretor de Infraestrutura e Operações

Roberto Carlos Teles Braga - Até Abril de 2018

Luiz Scandian - A partir de Abril de 2018

Diretoria de Administração e Finanças

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – 2018

Em conformidade com o a Lei 13.303/16, nos termos do art. 8º, incisos I e VIII, a presente carta corporativa tem por finalidade explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da Companhia Docas do Estado do Espírito Santo – CODESA, no ano de 2018, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para sua criação, definindo claramente os recursos a serem empregados para esse fim, bem como divulgando informação relevantes, em especial as relativas à composição acionária, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, metas a serem desenvolvidas, dados econômico-financeiros, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações estão detalhadas na forma desta carta anual.

1. Interesse público subjacente às atividades empresariais

A Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA deixou de ser uma sociedade de economia mista e passou a ser uma empresa 100% pública – de capital fechado. A mudança na razão social foi aprovada, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) pelo Conselho de Administração (CONSAD) da companhia. Vinculada ao Ministério da Infraestrutura, a CODESA – como Autoridade Portuária – tem como objetivo social administrar o Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, em consonância com as políticas setoriais formuladas pelo Governo Federal.

Sua história teve início na segunda metade do século XIX com o crescimento da cultura cafeeira. Na época, o embarque de cargas era feito no atracadouro denominado Cais do Imperador – simples cais de madeira (trapiche) que ficava onde hoje se localiza a escadaria do Palácio Anchieta (sede do Governo do Estado do Espírito Santo). Datam de 1881 os primeiros estudos para a construção do Porto de Vitória. Mas, em função do baixo comércio da região e a falta de estradas que ligassem ao interior, o projeto foi adiado por anos.

Em 28 de março de 1906, o Governo Federal autorizou à Companhia Porto de Vitória (CPV) a execução de 1.130m de cais na faixa da Vila Rubim, região contígua ao espaço geográfico do Porto de Vitória. Por questões econômicas, a obra passou por diversas paralisações. Em 1924, a União Federal encampou a concessão dada à CPV e transferiu-a ao Governo Estadual. Essa primeira fase de construção só terminaria em 1927. No ano seguinte, foi aprovada a segunda fase da obra do Cais de Vitória, que incluiu a construção dos armazéns I e II (concluídos em 1929) e o III (1932). A inauguração ocorreu em 03 de novembro de 1940, assinalando o começo do atual complexo portuário. Naquele ano, aconteceu o primeiro embarque de minério de ferro.

No entanto, o fato da capital capixaba situar-se em uma ilha, dificultava a chegada ao cais de mercadorias vindas do interior, inviabilizando o desenvolvimento do porto. A ligação da parte sul de Vitória com o continente deu-se com a inauguração da Ponte Florentino Avidos, em 27 de junho de 1928, possibilitando a implantação do acesso ferroviário, concluído em 1942. Ainda nos anos de 1940, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) montou a estação de embarque de minério no morro do “Péla Macaco” (hoje, desativada), em Vila Velha. Na mesma época, e no mesmo município, houve a construção do Terminal de Graneis Líquidos e a instalação dos Cais de Paul. Já no final da década de 1970 foi inaugurado o Cais de Capuaba, também em Vila Velha. Em 1983 foi criada a CODESA, que investiu em novas tecnologias implantando o Centro de Processamento de Dados (CPD), em Capuaba – sistema de informatização embrionário que visava agilizar e desburocratizar os serviços administrativos e operacionais, que deslanchou na década de 90. Em fevereiro de 1985, o terminal de Barra do Riacho deixou a condição de estatizado e passou para a iniciativa privada sob a direção de Portocel, que reunia o consórcio Aracruz e Cenibra. Nesta mesma década, uma portaria do Ministério dos Transportes estabeleceu a área do Porto Organizado de Vitória (municípios de Vitória e Vila Velha) e Barra do Riacho (Aracruz). O maior investimento no Porto de Vitória desde a construção do Cais de Capuaba nos anos de 1970 foi a obra de reforma, alargamento e ampliação dos berços 101 e 102 concluída em 2013, que incrementou o comprimento da faixa do cais de 356m para 456m, bem como aumento do pátio de estocagem e manuseio de cargas que antes era de 26.000m² passou para 40.000m².

O Porto de Vitória tem catorze berços de atracação e opera mais de trinta tipos de cargas, entre importação e exportação, como contêiner, trigo, automóveis, produtos siderúrgicos, malte, rochas ornamentais, concentrado de cobre, fertilizantes, graneis líquidos, entre outros, incluindo o serviço às embarcações offshore. Conta, ainda, com pátios para montagem e armazenamento de peças e equipamentos. Sua moderna infraestrutura atende a operadores, agentes e armadores. Conforme determinado pela Lei 12.815/2013, a CODESA criou a nova poligonal do Porto Organizado de Vitória.

A Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, tem importante papel na economia capixaba, uma vez que o complexo portuário capixaba – um dos maiores da América Latina – é de suma importância para o desenvolvimento do Estado, sendo o responsável por cerca de 9% do valor exportado e por 5% do valor importado pelo país. No total, movimentada em torno de 45% do PIB Estadual. Sua estrutura permite a movimentação de diversos tipos de carga.

2. Políticas públicas

A Companhia Docas do Espírito Santo tem suas atividades empresariais focadas no setor portuário, atuando no complexo portuário de Vitória e Barra do Riacho, administrando-o e, concomitantemente, exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária por atribuição disposta na Lei 12.815/13, marco regulatório dos portos, que preceitua no artigo 17 ser a Administração Portuária exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária.

Desta forma, em perfeito alinhamento com o interesse público, a CODESA trabalha no desenvolvimento de atividades subordinadas às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social e competência, conforme artigos 3º e 4º do Estatuto Social da CODESA, exercendo, dentre diversas outras, sem exclusão de outros casos atribuídos em lei e à administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o Decreto 9.048, de 10 de maio de 2017 e o Decreto

nº 8.033, de 27 de junho de 2013, as seguintes atividades:

- I.** Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;
- II.** Assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;
- III.** Pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;
- IV.** Arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades;
- V.** Fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoria e conservação das instalações portuárias;
- VI.** Fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- VII.** Promover a remoção das embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;
- VIII.** Autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- IX.** Autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- X.** Suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, inclusive com base no Sistema de Informação e Gerenciamento de Tráfego de Embarcações (VTMIS), ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- XI.** Reportar infrações e representar perante a ANTAQ, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades em lei, em regulamento e nos contratos;
- XII.** Adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- XIII.** Prestar apoio técnico e administrativo ao conselho de autoridade portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;
- XIV.** Estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e as jornadas de trabalho no cais de uso público;
- XV.** Organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente;
- XVI.** Promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- XVII.** Promover a realização de obras e serviços necessários à proteção dos portos ou de seus acessos, sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- XVIII.** Fiscalizar as áreas e instalações arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da CODESA;
- XIX.** Elaborar, revisar e submeter à aprovação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
- XX.** Estabelecer, se necessários, escritórios ou representações;
- XXI.** Elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pela Secretaria Nacional de Portos, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, nos termos do parágrafo 5º do artigo 6º da Lei nº 12.815/2013;
- XXII.** Estabelecer o regulamento de exploração do porto, incluindo o Sistema de Informação e Gerenciamento de Tráfego de Embarcações (VTMIS), observadas as diretrizes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
- XXIII.** Decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- XXIV.** Explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetadas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério da Secretaria Nacional de Portos, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e,
- XXV.** Exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos.

Parágrafo único – o disposto nos incisos IX e X do caput não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio, nos termos do parágrafo 3º do artigo 17 da Lei 12.815/2013.

3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

A CODESA, no desenvolvimento de suas atividades, exerce boas práticas de governança corporativa e transparência, na consecução de políticas públicas, utilizando-se de sistemas eficazes de controle interno que monitorem processos estratégicos, sistêmicos, operacionais e financeiros, atuando na prevenção de conflitos de interesse e atos de corrupção e exercendo uma gestão eficiente, orientada por objetivos definidos e resultados mensuráveis.

Missão organizacional

Atrair e disponibilizar as condições de infraestrutura ao complexo logístico, promovendo a eficiência, qualidade e sustentabilidade das operações.

Visão de futuro

Ser uma Autoridade Portuária líder no desenvolvimento do complexo logístico multipropósito do Espírito Santo, reconhecida pela eficiência e flexibilidade no atendimento a grandes e pequenos usuários, tornando-se indutora da economia regional.

Vitória (ES), Segunda-feira, 08 de Abril de 2019.

| VALORES CORPORATIVOS | |
|----------------------------------|--|
| VALOR | DESCRIÇÃO |
| Alinhamento estratégico | As decisões tomadas no âmbito dos portos organizados de Vitória, Praia Mole e Barra do Riacho e as formas de atuação da CODESA privilegiam o desenvolvimento local mantendo sempre a coerência com as diretrizes do Poder Concedente |
| Zelo pela regularidade | Todo funcionário CODESA tem como orientação primordial atuar para cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável às operações portuárias e demais atividades executadas internamente ou por usuários do porto organizado. |
| Foco em eficiência | Os processos e os recursos devem ser pensados e utilizados para alcançar a forma mais produtiva possível de suas aplicações – fazer mais com o melhor uso dos recursos. |
| Operação com segurança | A vida humana é mais importante do que a carga movimentada e portanto toda operação portuária deve levar em consideração a proteção à vida e à integridade das pessoas. |
| Respeito ao meio ambiente | A esfera ambiental deve ser continuamente analisada buscando não apenas o atendimento aos requisitos das leis como a eficiência ambiental da CODESA. |
| Transparência | Deve ser garantido o acesso da sociedade às informações de seu interesse que estejam relacionadas aos atos administrativos praticados na Companhia. |

Para tanto, a CODESA traçou as seguintes metas:

- Alcançar equilíbrio econômico-financeiro auto-sustentável;
- Tornar eficiente a utilização dos recursos financeiros;
- Obter a confiança e o reconhecimento da sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional e nacional;
- Ser a primeira opção para expansão da atividade portuária;
- Ser a primeira opção de navegação;
- Ser considerada a melhor Autoridade Portuária do Brasil em serviços de apoio e instalações;
- Ampliar ações comerciais;
- Melhorar a reputação da Autoridade Portuária;
- Ter excelência nos processos de negócio e na tomada de decisão;
- Ser o porto brasileiro com maiores índices de proteção à saúde e segurança do trabalhador portuário;
- Ser a Autoridade Portuária que apresenta maior nível de serviço e eficiência na disponibilização de infraestrutura aquaviária e terrestre;
- Ser referência na área de sustentabilidade ambiental e proteção ao patrimônio histórico cultural;
- Prover ações de Tecnologia da Informação e Comunicação que suportem a estratégia;
- Manter certificação em segurança pública portuária;
- Exercer boas práticas de Governança Corporativa e Transparência;
- Ter gestão estratégica de RH;
- Atuar com foco em resultados.

4. Recursos para custeio das políticas públicas

As atividades desenvolvidas pela Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial (calculada por metro quadrado de área, MMC - Movimentação Mínima Contratual e Sítio Padrão), oriunda dos arrendamentos de área e, ainda, receitas de aplicações financeiras. Parte da Receita Patrimonial é destinada a investimentos na infraestrutura da CODESA. Para a execução de investimentos de grande porte na infraestrutura (projetos específicos, obras), a CODESA conta com a participação da União (Acionista Majoritária) através de recursos repassados pelo Tesouro Nacional, mediante lei específica, e contabilizados como créditos para aumento de capital. Abaixo tem-se o demonstrativo de sustentabilidade financeira organizacional, que apresenta os valores gerados para 2018, tanto para o recurso próprio quanto para receita operacional. Os valores para recursos próprios contemplam a soma dos quatro quadros abaixo, ou seja, receita operacional (Cais CODESA, Berços Arrendados e Terminais Privativos) e receita não operacional.

5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

O IDA é um índice disponibilizado para as instalações portuárias, que avalia, por meio de indicadores, a eficiência e a qualidade da gestão ambiental destas a partir do preenchimento de um questionário, avaliado periodicamente, é composto por 38 indicadores com diferentes pesos atribuídos. Conforme figura 10 houve um progresso visivelmente linear saindo de 62,08% para 68,09%.



Figura 10 - Progresso da CODESA no Índice de Desempenho Ambiental - IDA

6. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

6.1 Gerenciamento de Risco

Em atendimento à legislação vigente foi previsto um novo estatuto social da CODESA a área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente e conduzida por ele ou ao Diretor-Presidente por intermédio de outro Diretor-Executivo que irá conduzi-la, podendo este ter outras competências. O progresso para o ano de 2018 quanto ao Gerenciamento de riscos da CODESA teve um grande salto, foi realizada a segunda versão da política de gestão de risco da Companhia em função das alterações contidas na Lei 13.303/2016, Instrução normativa conjunta 01/2016 (MP e CGU), Resolução CGPAR 18/2016 entre outras orientações. Foi determinado um ciclo de acompanhamento do mapeamento dos riscos pela Diretoria Executiva. Finalizado o mapeamento, os riscos foram mapeados em Operacionais, Orçamentários/Financeiro, Imagem/Reputação e Legal, na Figura 3 pode-se identificar a classificação e sua distribuição pela Companhia. Sabe-se que o progresso foi grande, mas ainda tem muito a se fazer.



Figura 11 - Atividades desenvolvidas pela área de gestão de Risco no ano de 2018



Figura 9 - Demonstrativo de Sustentabilidade Financeira Organizacional



Figura 12 - Ciclo conduzido pelo Comitê de Gestão de Risco e Diretoria Executiva da CODESA

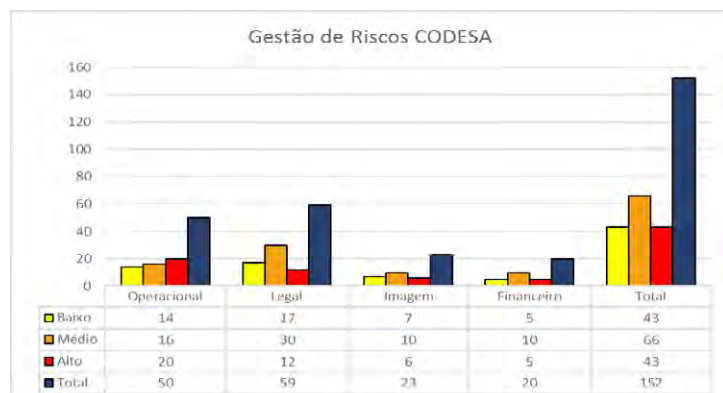


Figura 13 - Levantamento dos riscos mapeados na Companhia em função da IN 01/2016 (MP e CGU)

7. FATORES DE RISCO:

Estão relacionados aqui os principais fatores de risco, que poderão causar relevantes impactos nos processos estratégicos da CODESA, no tocante aos objetivos econômico-financeiro, Mercados-Clientes, Processos Internos, Patrimônio Humano:

- Existência de ações judiciais que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio;
- Inadimplência de arrendatárias e de terminais privativos, provocando efeito adverso sobre os negócios, a condição financeira e o resultado operacional;
- Possibilidade de certos armadores transferirem suas cargas para terminais fora do porto organizado, provocando perda de receitas;

8. REMUNERAÇÃO

Conforme previsto no Estatuto Social da CODESA, em seu art. 31, a remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos da Administração são fixados anualmente pela Assembleia Geral Ordinária - AGO, observadas as prescrições legais.

A CODESA possui o Programa de Remuneração Variável (RVA), regido pela Lei nº 6.404/76 (Sociedades por Ações), baseado no múltiplo de honorário pago em 4 anos. A Companhia adota também o Honorário Variável Mensal - HVM, parcela do honorário mensal pago por trimestre, o HVM é ponderado pelo cumprimento das metas pela Diretoria Executiva, estabelecidas pela Secretaria Nacional de Portos. Conforme Figura 14, pode-se observar que a Codesa obteve pontuação acima de 90% em três trimestres, inclusive alcançando o 100% no terceiro trimestre. O resultado fica mais expressivo quando se trata de metas relacionadas às políticas públicas em que foi atingido 100% nos três primeiros trimestres, já no quarto trimestre houve uma queda na pontuação, como pode ser observado na Figura 15.

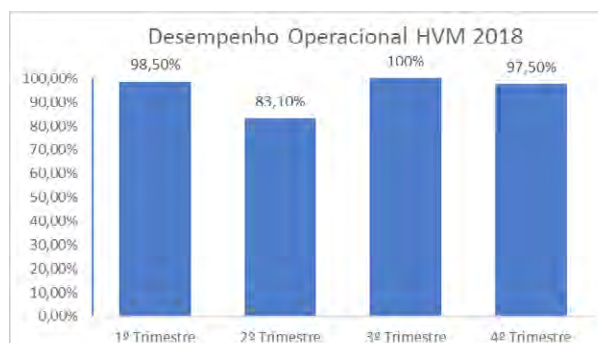


Figura 14 - Desempenho operacional do HVM durante o ano de 2018

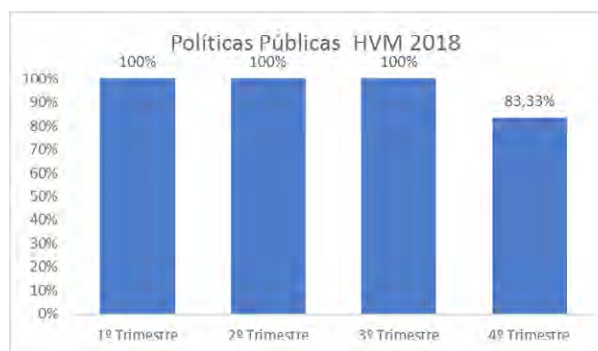


Figura 15 - Desempenho operacional do HVM, relacionado as metas de políticas públicas, durante o ano de 2018

Manifestação do Conselho de Administração

O conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2018, em conformidade com o inciso I do art.8 da Lei nº 13.303, de 30.06.16.

Em 11 de março de 2019

BRUNO PINHEIRO DIAS SEMEGHINI
PRESIDENTE DO CONSAD

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (EM REAIS)" | | | | | | | |
|---|------|--------------------|--------------------|--|------|--------------------|--------------------|
| Ativo | Nota | 2018 | 2017 | Passivo e patrimônio líquido | Nota | 2018 | 2017 |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Bancos conta movimento | 4 | 93.939 | 53.707 | Fornecedores | 14 | 5.604.323 | 2.904.149 |
| Aplicações financeiras | 4 | 65.253.570 | 62.592.400 | Obrigações sociais e assistenciais | 15 | 6.703.194 | 6.642.307 |
| Bancos - SIAFI (Reclassificado 2018) | 4 | 0 | 5.393.077 | Obrigações fiscais e trabalhistas | 16 | 5.161.931 | 7.281.378 |
| Clientes | 5 | 17.441.451 | 12.429.326 | Empréstimos e financiamentos | - | 0 | 257.670 |
| (-) Prov. p/Créditos liquidação Duvidosa | 5 | (4.703.999) | (1.766.292) | PSP - adiantamentos de clientes | 17 | 1.408.785 | 1.024.267 |
| Adiantamentos a funcionários | 6 | 2.171.716 | 2.194.414 | Credores por depósitos caucionados | 17 | 90.491 | 89.645 |
| Impostos a compensar/recuperar | 7 | 3.428.493 | 6.064.729 | Depósitos contribuições e consignações a recolher | 18 | 1.734.653 | 1.676.774 |
| Almoxarifado | 8 | 101.734 | 75.192 | Impostos s/ serviços e repasses | 19 | 400.028 | 1.553.313 |
| Valores a apropriar | 8 | 1.002 | 2.002 | Créditos de arrendamentos e cessão de uso de areas | 20 | 4.000.000 | 4.000.000 |
| Despesas antecipadas | 9 | 256.660 | 230.172 | Provisões para contingências | 21 | 13.085.528 | 8.918.096 |
| Convênio SEP (Reclassificado 2018) | 10 | 1.005.695 | 1.022.661 | Outras obrigações | 22 | 275.532 | 275.853 |
| Total do Ativo Circulante | | 85.050.261 | 88.291.388 | Total do Passivo Circulante | | 38.464.466 | 34.623.452 |
| Não Circulante | | | | Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | Obrigações fiscais e trabalhistas | 16 | 9.801.662 | 11.210.028 |
| Depósitos para recursos judiciais | 11 | 49.356.149 | 30.653.438 | Créditos de arrendamentos e cessão de uso de areas | 20 | 26.000.001 | 28.000.001 |
| Outros créditos a receber | 12 | 5.268.708 | 5.168.764 | Provisões para contingências | 21 | 9.266.578 | 7.667.814 |
| Total do Realizável a Longo Prazo | | 54.624.857 | 35.822.202 | Obrigações Societárias - AFAC | 23 | 202.250.970 | 176.201.738 |
| | | | | Outras obrigações | 22 | 7.057.586 | 7.102.536 |
| | | | | Total do Passivo Não Circulante | | 254.376.796 | 230.182.117 |
| Investimento | | 1.587 | 1.587 | Patrimônio Líquido | | | |
| Imobilizado | 13.1 | 590.724.299 | 551.296.091 | Capital social integralizado | 24.1 | 297.940.097 | 297.940.097 |
| Intangível | 13.2 | 8.241.362 | 8.241.362 | Recursos p/ aumento de capital social | 23 | 32.349.492 | 0 |
| Depreciação e amortização | | (130.702.884) | (123.131.542) | Lucro (Prejuízo) Acumulado | 24.3 | (15.191.369) | (2.224.578) |
| Total do Ativo Não Circulante | | 522.889.221 | 472.229.700 | Total do Patrimônio Líquido | | 315.098.220 | 295.715.519 |
| Total do Ativo | | 607.939.482 | 560.521.088 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 607.939.482 | 560.521.088 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vitória (ES), Segunda-feira, 08 de Abril de 2019.

25

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | |
|---|----------------|---------------|--------------------------------|---------------------------------------|----------------------------|--------------------|
| em 31 de dezembro de 2018 - (Em reais) | | | | | | |
| Discriminação | Capital social | Reserva Legal | Reservas de retenção de lucros | Recursos p/ aumento de Capital Social | Lucro (Prejuízo) Acumulado | Patrimônio líquido |
| Saldos em 31/12/2016 | 297.940.097 | 1.354.126 | 22.046.460 | 0 | (0) | 321.340.683 |
| Lucro líquido do exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | (25.625.164) | (25.625.164) |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | |
| Reserva legal | 0 | (1.354.126) | 0 | 0 | 1.354.126 | 0 |
| Reserva de retenção de lucros | 0 | 0 | (22.046.460) | 0 | 22.046.460 | 0 |
| Saldos em 31/12/2017 | 297.940.097 | 0 | 0 | 0 | (2.224.578) | 295.715.519 |
| Ajustes exercícios anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.682.325 | 5.682.325 |
| Créditos de acionistas para futuro aumento de capital | 0 | 0 | 0 | 32.349.492 | 0 | 32.349.492 |
| Resgate ações do acionista minoritário | 0 | 0 | 0 | 0 | (6) | (6) |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | (18.649.110) | (18.649.110) |
| Saldos em 31/12/2018 | 297.940.097 | 0 | 0 | 32.349.492 | (15.191.369) | 315.098.220 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | | | |
|--|-------------|----------------------|----------------------|
| findos em 31 de dezembro - (Em reais) | | | |
| | Nota | 2018 | 2017 |
| Receita operacional bruta | | 144.661.958 | 138.917.796 |
| Receita da operação portuária | | 110.461.725 | 112.287.942 |
| Outras receitas operacionais | | 34.200.233 | 26.629.854 |
| Dedução da receita | | (15.875.039) | (15.397.146) |
| Receita operacional líquida | 25 | 128.786.919 | 123.520.650 |
| Custos dos serviços prestados | | | |
| Custos da operação portuária | 26 | (66.313.821) | (66.242.529) |
| Lucro bruto | | 62.473.098 | 57.278.121 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas administrativas | 27 | (69.578.302) | (67.532.412) |
| Despesas tributárias | 27 | (952.204) | (813.965) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro | | (8.057.408) | (11.068.256) |
| Receitas (Despesas) financeiras líquidas | 28 | (7.937.904) | (6.252.128) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 29 | (2.653.798) | (8.304.780) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social | | (18.649.110) | (25.625.164) |
| Imposto de renda e contribuição social | | 0 | 0 |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | | (18.649.110) | (25.625.164) |
| Quantidade de ações do capital social integralizado | 24.1 | 2.316.177.141 | 2.316.177.141 |
| Lucro por ação | | (0,0081) | (0,0111) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | |
|--|-------------------|---------------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro - (Em reais) | | |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 2018 | 2017 |
| Lucro (Prejuízo) Líquido | (18.649.110) | (25.625.164) |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido | | |
| Aplicado/Obtido nas Atividades Operacionais | | |
| Depreciação e amortização (Reclassificado 2017) | 7.576.813 | 7.686.776 |
| Ajustes de exercícios anteriores | 5.682.325 | 0 |
| Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes | | |
| Duplicatas a receber | (2.074.417) | (2.598.520) |
| Almoxarifado | (26.542) | 23.330 |
| Despesas antecipadas | (26.488) | (5.639) |
| Outros créditos curto e longo prazo | (16.142.723) | 2.715.776 |
| Fornecedores | 2.700.174 | (1.428.765) |
| Impostos a recolher | (1.153.285) | (3.528.418) |
| Salários e encargos sociais | (3.466.926) | 947.833 |
| Receitas diferidas | (2.000.000) | (2.000.000) |
| Aumento em provisões p/ ações judiciais | 5.766.196 | 1.848.821 |
| Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo | 397.967 | 521.831 |
| Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais | (21.416.016) | (21.442.139) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado (Reclassificado 2017) | (39.433.678) | (42.315.118) |
| Aquisição de bens do ativo intangível | 0 | 290.426 |
| Baixa de bens do ativo imobilizado | 0 | (702.285) |
| Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades de investimentos | (39.433.678) | (42.726.977) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Amortização de empréstimos | (257.670) | (759.098) |
| Recursos financeiros / convênio SEP | 5.410.043 | 5.758.870 |
| Recursos financeiros para aumento de capital | 58.398.724 | 47.782.920 |
| Pagamento de Dividendos | 0 | (492.540) |
| Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos | 63.551.097 | 52.290.153 |
| AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 2.701.403 | (11.878.963) |
| CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA EM 1º DE JANEIRO DE 2017 | 62.646.107 | 74.525.070 |
| CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 65.347.510 | 62.646.107 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
|---|---------------------|---------------------|
| findos em 31 de dezembro - (Em reais) | | |
| | 2018 | 2017 |
| Receitas | 141.512.449 | 138.615.819 |
| Receita da operação portuária | 110.355.093 | 112.287.942 |
| Receita de arrendamentos | 34.200.233 | 26.629.854 |
| Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | (3.042.877) | (301.977) |
| Insumos adquiridos de terceiros | (29.942.488) | (32.113.496) |
| Materiais, água, energia, serviços de terceiros | (29.249.880) | (31.629.503) |
| Outros custos | (692.608) | (483.993) |
| Valor adicionado bruto produzido pela entidade | 111.569.961 | 106.502.323 |
| Depreciação/amortização | (7.576.813) | (7.686.776) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 103.993.148 | 98.815.547 |
| Valor adicionado recebido em transferência | (7.067.811) | 2.057.106 |
| Receitas financeiras | 5.737.670 | 10.361.886 |
| Outras Despesas - Provisões Passivas | (9.554.435) | (9.879.442) |
| Outras | (3.251.046) | 1.574.662 |
| Valor adicionado a distribuir | 96.925.337 | 100.872.653 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal | (85.178.261) | (93.728.048) |
| Remuneração direta | (62.156.605) | (70.326.909) |
| Benefícios a empregados | (17.655.681) | (17.379.203) |
| FGTS | (4.074.974) | (4.633.670) |
| Honorários da diretoria | (1.291.001) | (1.388.265) |
| Tributos | (16.720.611) | (16.155.755) |
| Federais | (14.179.233) | (13.534.003) |
| Estaduais e municipais | (2.541.378) | (2.621.752) |
| Remuneração de capitais de terceiros | (13.675.574) | (16.614.015) |
| Despesas financeiras | (13.675.574) | (16.614.015) |
| Remuneração de capitais próprios | (18.649.110) | (25.625.164) |
| Dividendos propostos | 0 | 0 |
| Lucros retidos/Resultado exercício | 0 | 0 |
| Reserva Legal | 0 | 0 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

| BALANÇO SOCIAL | | | | | | |
|---|--|------------------------------|--|---|-------------------------------|---------------------------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 | | | | | | |
| 1 - Base de Cálculo | 2018 Valor (reais) | | | 2017 Valor (reais) | | |
| Receita líquida (RL) | 128.786.919 | | | 123.520.650 | | |
| Resultado operacional (RO) | (18.649.110) | | | (25.625.164) | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 65.079.863 | | | 64.304.974 | | |
| 2 - Indicadores Sociais Internos | Valor (R\$) | % sobre FPB | % sobre RL | Valor (R\$) | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | 4.314.678 | 6,63% | 3,35% | 4.295.143 | 6,68% | 3,48% |
| Encargos sociais compulsórios (Reclassificado 2018) | 11.293.525 | 17,35% | 8,77% | 11.557.110 | 17,97% | 9,36% |
| Previdência privada | 3.795.636 | 5,83% | 2,95% | 2.920.251 | 4,54% | 2,36% |
| Saúde | 9.736.908 | 14,96% | 7,56% | 9.299.615 | 14,46% | 7,53% |
| Segurança e saúde no trabalho (Reclassificado 2018) | 1.220.012 | 1,87% | 0,95% | 1.718.372 | 2,67% | 1,39% |
| Educação | 578.588 | 0,89% | 0,45% | 70.301 | 0,11% | 0,06% |
| Cultura | 111.000 | 0,17% | 0,09% | 134.150 | 0,21% | 0,11% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 470.123 | 0,72% | 0,37% | 631.268 | 0,98% | 0,51% |
| Creches ou auxílio-creche | 491.174 | 0,75% | 0,38% | 326.828 | 0,51% | 0,26% |
| Participação nos lucros ou resultados | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 2.692.339 | 4,14% | 2,09% | 2.692.339 | 4,19% | 2,18% |
| Total - Indicadores sociais internos | 34.703.983 | 53,33% | 26,95% | 33.645.376 | 52,32% | 27,24% |
| 3 - Indicadores Sociais Externos | Valor (R\$) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (R\$) | % sobre RO | % sobre RL |
| Educação | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Cultura | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Saúde e saneamento | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Esporte | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Combate à fome e segurança alimentar | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Total das contribuições para a sociedade | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 16.720.611 | -89,66% | 12,98% | 16.155.755 | -63,05% | 13,08% |
| Total - Indicadores sociais externos | 16.720.611 | -89,66% | 12,98% | 16.155.755 | -63,05% | 13,08% |
| 4 - Indicadores Ambientais | Valor (R\$) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (R\$) | % sobre RO | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa | 41.622.040 | -223,19% | 32,32% | 39.098.182 | -152,58% | 31,65% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Total dos investimentos em meio ambiente | 41.622.040 | -223,19% | 32,32% | 39.098.182 | -152,58% | 31,65% |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa (*) | (x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% | | (x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% | | | |
| 5 - Indicadores do Corpo Funcional | 2018 | | | 2017 | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 314 | | | 336 | | |
| Nº de admissões durante o período | 3 | | | 5 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 29 | | | 0 | | |
| Nº de estagiários(as) | 62 | | | 65 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 172 | | | 186 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 64 | | | 71 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 35,00% | | | 11,00% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 32 | | | 40 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 0,00% | | | 3,00% | | |
| Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais | 1 | | | 2 | | |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2018 | | | Metas 2019 | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 18,4 | | | 13,78 | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 9 | | | 0 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | () direção | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () direção | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por (*): | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () todos(as) + Cipa | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () todos(as) + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | () não se envolve | (X) segue as normas da OIT | () incentiva e segue a OIT | () não se envolverá | (X) seguirá as normas da OIT | () incentivará e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla (**): | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | () não são considerados | (x) são sugeridos | () são exigidos | () não serão considerados | (x) serão sugeridos | () serão exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | (x) não se envolve | () apóia | () organiza e incentiva | (x) não se envolverá | () apoiará | () organizará e incentivará |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa | no Procon - | na Justiça - | na empresa 0 | no Procon 0 | na Justiça 0 |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa 100% | no Procon - | na Justiça - | na empresa - | no Procon - | na Justiça - |
| Valor adicionado total a distribuir (em R\$): | Em 2018: | 96.925.337 | | Em 2017: | 100.872.653 | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 17,3 % governo; 87,9 % colaboradores(as); 0,0 % acionistas; 14,1 % terceiros; 0,0 % retido; | | | 16,0 % governo; 92,9 % colaboradores(as); 0,0 % acionistas; 16,5 % terceiros; 0,0 % retido; | | |
| 7 - Outras Informações | (*) Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho utilizados na CODESA estão de acordo com a Lei 4.860/65 e a Portaria 25/82 da DTM. | | | | | |
| | (**) Previdência Privada: os funcionários admitidos a partir de 2009 ainda não estão contemplados. | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, é dotada de personalidade jurídica de direito privado e regida por legislação que trata do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. Em consonância com a Lei 13.303/2016, que no seu art. 91 autoriza a transformação de sociedades de economia mista de capital fechado em empresas públicas mediante o resgate de ações de propriedade de acionistas privados, foi transformada em Empresa Pública de Capital Fechado, com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária do dia 29/06/2018. Está sujeita às disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações contábeis, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

A CODESA tem como objeto social a) exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Espírito Santo sob sua administração e responsabilidade, ou localizados em outro Estado, por delegação do Governo Federal, b) exercer as funções de operador portuário na forma da Lei 12.815/2013, e, c) desenvolver atividades afins, conexas e acessórias, realizando seu objeto social sempre em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da CODESA foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas respectivas alterações, e Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelo disposto na Nota 30 - Plano de pensão/entidade fechada de previdência privada.

2.1 Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas em ata de DIREXE nº 1773ª de 21/02/2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da CODESA.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas uniformemente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado.

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência, considerando o que determina o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC vigentes.

3.2 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado. São ativos financeiros mantidos para negociação, são frequentemente negociados e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

3.3 Contas a receber

A companhia contabiliza os contratos com clientes em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, atendendo a todos os critérios requeridos pelo pronunciamento. Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e os respectivos tributos são apurados e contabilizados por competência.

3.4 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. A provisão é constituída considerando os prazos e valores já vencidos, a situação do processo de cobrança e também o parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

3.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis é realizada em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que requerem por parte da Administração da Companhia o uso do julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para demandas trabalhistas e cíveis, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados e outras provisões. Os valores efetivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3.5.1 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldá-la. As provisões são registradas em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme mencionado na Nota 20. Com base em informações da Coordenação Jurídica a Companhia faz anualmente estudos do passivo judicial em trâmite na Justiça Comum Estadual, Federal e na Justiça do Trabalho, sendo as contingências classificadas entre (i) prováveis - para as quais são

constituídas provisões, (ii) possíveis - apenas divulgadas e não provisionadas e (iii) remotas - não requerem provisão e nem divulgação.

3.6 Arrendamento mercantil

A Companhia possui atualmente contratos de arrendamento de áreas, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração das mesmas durante a vigência do contrato. Os arrendamentos geram receitas de serviços específicos, cujos valores são definidos nos contratos, como também em conformidade com as tabelas tarifárias. Os contratos possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística da área arrendada. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato. A edição do CPC 06 (R2) não impacta a Companhia.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda é constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240.000,00. O valor da contribuição social é calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

3.8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e por aplicações de curto prazo no mercado aberto, com vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias, com risco insignificante de mudança de valor e que são utilizados pela Companhia para gestão financeira e liquidação de seus compromissos de curto prazo (Nota 04).

3.9 Provisão de férias

A provisão das férias e seus respectivos encargos são calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

3.10 Despesas antecipadas

Inclui a aplicação de recursos cujos pagamentos ocorrem antecipadamente em relação aos benefícios que ocorrerão em períodos futuros. A parcela das despesas é reconhecida no resultado de acordo com o princípio da competência (Nota 9).

3.11 Ativos não circulantes**3.11.1 Depósitos judiciais**

A Companhia tem recursos financeiros bloqueados, mantidos na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e no Banestes, por determinação judicial, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso (Nota 11).

3.11.2 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem (Nota 13.1). O teste de recuperabilidade e a revisão de vida útil foram realizados no exercício social de 2018, conforme determina o CPC 01, utilizou o método Valor em Uso e apontou a recuperação do valor total pela utilização dos ativos na geração de receitas e benefícios futuros para a CODESA.

3.11.3 Intangível

A Companhia possui registro pelo custo de aquisição de direito de uso de software, rede de telecomunicações e dados e estudos e projetos, deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis (Nota 13.2).

3.12 Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável (Nota 15).

4. Caixa e Bancos

| Contas | 2018 | 2017 |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Bancos conta movimento | 93.939 | 53.707 |
| Aplicações financeiras | 65.253.570 | 62.592.400 |
| Subtotal | 65.347.509 | 62.646.107 |
| Contas SIAFI | 0 | 5.393.077 |
| Total | 65.347.509 | 68.039.184 |

As aplicações financeiras estão representadas por cotas em fundos de investimentos de renda fixa no Banco do Brasil (BB EXTRAM EXC FAE e S Público Clássico). Na elaboração do fluxo de caixa essas aplicações são consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

A conta "SIAFI" registra valores recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira, disponíveis para custear os investimentos da Companhia, tendo como contra-

partida a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC. Posteriormente, mediante decreto autorizativo, é realizado o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de novas ações para a União. Os recursos recebidos até 31/12/2018 por meio da conta SIAFI foram totalmente aplicados. Em 2018 a conta Convênio SEP foi destacada da conta SIAFI e está contemplada na Nota 10.

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, a conta "SIAFI" é excluída do total do disponível e considerada como atividades de investimento por estar vinculada a formação de ativos destinados ao imobilizado.

5. Contas a receber

| Contas | 2018 | 2017 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Contas a receber | 17.441.451 | 12.429.326 |
| (-) Prov. cred. liquidação duvidosa | (4.703.999) | (1.766.292) |
| Total | 12.737.452 | 10.663.034 |

São valores provenientes dos serviços prestados pela Companhia. A constituição da PECLD - Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa de contas a receber de clientes inadimplentes é mensurada e reconhecida considerando os valores e os prazos das faturas em atraso conforme Lei nº 13.097/2015.

6. Adiantamentos a funcionários

| Contas | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Adiantamentos salários/13º Salários | 36.220 | 25.210 |
| Férias | 1.046.047 | 1.147.754 |
| Emprést. de férias-OF-346-09/05/85 | 871.164 | 842.025 |
| Salário maternidade prorrogado | 151.608 | 91.198 |
| Diárias de viagem | 32.648 | 54.198 |
| Outros adiantamentos a empregados | 34.029 | 34.029 |
| Total | 2.171.716 | 2.194.414 |

Os adiantamentos são concedidos aos empregados e geram direito de crédito na folha de pagamento de períodos subsequentes. O salário maternidade prorrogado é compensado no IRPJ.

7. Impostos e contribuições a recuperar

| Contas | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Imposto de renda pessoa jurídica -IRPJ | 2.732.677 | 5.508.321 |
| Contribuição social s/ lucro líquido - CSSL | 541.993 | 487.845 |
| COFINS Lei 9.430/1996 e a recuperar | 37.029 | 37.029 |
| PIS/PASEP | 8.039 | 8.039 |
| Outros Impostos a recuperar | 108.755 | 23.494 |
| Total | 3.428.493 | 6.064.729 |

Os impostos e contribuições a recuperar referem-se a saldos negativos de declaração relativos ao exercício social de 2017 e a créditos retidos na fonte a serem utilizados no pagamento de impostos da CODESA.

8. Almoxarifado e outras contas a receber

| Contas | 2018 | 2017 |
|----------------------------|----------------|---------------|
| Almoxarifado | 101.734 | 75.192 |
| Outros Valores a apropriar | 1.002 | 2.002 |
| Total | 102.736 | 77.194 |

Almoxarifado contempla os estoques de materiais de consumo e bens de uso controlável. Outros valores referentes a adiantamentos a fornecedores.

9. Despesas antecipadas

| Contas | 2018 | 2017 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Seguros de bens móveis e Imóveis | 11.191 | 0 |
| Seguros Responsabil. Civil Administr. | 223.761 | 212.049 |
| Assinatura de jornais e revistas | 5.637 | 7.570 |
| Licença de software | 16.071 | 10.553 |
| Total | 256.660 | 230.172 |

9.1 Seguros de bens móveis e imóveis

As apólices da empresa SOMPO Seguros S.A., com vigência no período de 26/12/2018 a 26/12/2019, foram apropriadas a partir de janeiro de 2019.

| Apólice | Prêmio | Objeto segurado | Cobertura |
|----------------|------------|---|---------------|
| 80168500003884 | 11.348,89 | Prédios Escritórios e Centro processamento de dados | 4.900.052,33 |
| 1800482620 | 225.039,20 | Depósito Grãos e Escritório Vila Velha | 22.124.173,16 |
| 7100043870 | 25.936,24 | Equipamentos (Moega/Balança) | 1.322.892,98 |

9.2 Seguro de responsabilidade civil de administradores

Seguro para membros da Diretoria, Conselhos Fiscal e de Administração contra prejuízos relacionados a atos lícitos, porém danosos, pelos quais os segurados vierem a ser responsabilizados em sentença judicial e que possam incorrer em indenizações a terceiros, evitando prejuízos à CODESA.

9.3 Assinatura de jornais e revistas e licença de software

Apropriados mensalmente pela vigência do contrato.

10. Convênios SEP

| Contas | 2018 | 2017 |
|--------------|------------------|------------------|
| Convênio SNP | 1.005.695 | 1.022.661 |
| Total | 1.005.695 | 1.022.661 |

A conta "Convênio SEP" registra valores recebidos por meio de convênios firmados entre a Secretaria de Portos – SEP (atual SNP - Secretaria Nacional de Portos) e a Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA. Os convênios têm como objetivo o repasse de recursos para execução de serviços técnicos operacionais e apoio à fiscalização e gerenciamento ambiental integrado da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória. Em 2018 a conta foi destacada da conta SIAFI e reclassificada do disponível para o grupo Realizável a curto prazo.

11. Depósitos judiciais

| Contas | 2018 | 2017 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos judiciais trabalhistas | 39.720.580 | 13.024.453 |
| Depósitos recursais | 3.747.522 | 3.493.812 |
| Depósitos judiciais - Outros | 5.810.551 | 4.595.528 |
| Repasse Justiça - Banco do Brasil | 0 | 9.454.567 |
| Outros | 77.496 | 85.078 |
| Total | 49.356.149 | 30.653.438 |

Representam ativos da Companhia relativos a valores depositados e mantidos em juízo, por determinação da Justiça, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso e são movimentados por meio de decisões judiciais das quais podem ocorrer liberações para o reclamante ou o retorno para a própria Codesa, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Depósitos Judiciais | Trabalhista | Recursal | Judiciais | Repasse Justiça | Outros | Total |
|----------------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|-------------------|
| Saldo em 31/12/2017 | 13.024.453 | 3.493.812 | 4.595.528 | 9.454.567 | 85.078 | 30.653.438 |
| Bloqueios/Depósitos | 23.279.354 | 432.109 | 1.123.584 | - | - | 24.835.047 |
| Transferência | 9.454.567 | - | - | (9.454.567) | - | - |
| Juros/atualização/IR | 8.403.869 | 22.020 | 115.890 | - | - | 8.541.779 |
| Liberado | (13.654.324) | (2.142) | (24.451) | - | - | (13.680.917) |
| Baixas Codesa | (787.339) | (198.278) | - | - | (7.582) | (993.199) |
| Saldo em 31/12/2018 | 39.720.580 | 3.747.522 | 5.810.551 | - | 77.496 | 49.356.149 |

12. Outros créditos não circulantes

| Contas | 2018 | 2017 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Adiantamentos diversos | 116.409 | 110.143 |
| Juros de mora/multas | 110.665 | 96.702 |
| Fundos de Investimentos | 13.540 | 85.898 |
| Usuários com liminar | 142.880 | 142.880 |
| Recuperação Assistência Médica | 10.495.511 | 0 |
| Prov. Perdas Assistência Médica | (10.495.511) | 0 |
| Subtotal | 383.494 | 435.623 |
| Processo Refis - SRF | 4.885.214 | 4.733.141 |
| Total | 5.268.708 | 5.168.764 |

12.1 Adiantamentos diversos

Valores de créditos decorrentes de salário maternidade prorrogado a recuperar e auxílio doença.

12.2 Juros de mora/multas

Valores relativos a multas pagas, passíveis de recuperação após processo de apuração de responsabilidade.

12.3 Fundos de Investimento

Fundos de Investimentos composto por Embraer (R\$ 1.061,68) e Fiset - Fundo de Investimento Setorial (R\$ 12.478,25).

12.4 Usuários com Liminar

Valor relativo a débitos de clientes e questionados judicialmente.

12.5 Assistência Médica/Odontológica

A companhia oferece benefício participativo de assistência médica e odontológica para os seus colaboradores, estendidos também aos aposentados. Este benefício gerou créditos no montante de R\$10.495.511 até dezembro de 2018. Este montante é composto por:

Vitória (ES), Segunda-feira, 08 de Abril de 2019.

29

| Assistência Médica a Recuperar | |
|--------------------------------|-------------------|
| Aposentados | 4.495.560 |
| Óbitos | 5.362.634 |
| Demitidos | 21.839 |
| Subtotal | 9.880.032 |
| Ativos | 615.479 |
| Total | 10.495.511 |

Estes valores são registrados como despesa e impactam o resultado no exercício social em que ocorrem. E em face da incerteza em relação ao montante a ser recuperado, é 100% provisionado, embora a recuperação seja contabilizada quando ocorre, assim como a devida baixa da provisão. Em 2018 a CODESA recuperou R\$1.271.576 por meio de pagamentos efetuados por beneficiários e pelo desconto em folha de pagamento dos colaboradores ativos, sempre considerando a margem de consignação limite de 30% do valor do salário de cada usuário do benefício. A administração da CODESA vem trabalhando visando à recuperação do montante citado e estudando mudanças no modelo de gestão do plano de benefício com o objetivo de reduzir custos e aumentar o nível de serviços, assim como melhorar a eficiência nos gastos com assistência médica e odontológica.

12.6 Processo Refis - Impostos a recuperar

Refere-se a pagamento já efetuado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por ocasião do REFIS I, aguardando homologação na Receita Federal do Brasil (SRFB) para amortizar parte da dívida atual do Refis.

13. Imobilizado e Intangível

13.1 Imobilizado

| Imobilizado líquido | Taxa depreciação | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| Terrenos | - | 11.056.064 | 11.056.064 |
| Obras complementares | 4% a 5% | 1.895.286 | 2.271.074 |
| Obras civis | 4% a 20% | 166.522.631 | 172.156.159 |
| Instalações | 10% | 3.497.253 | 3.645.746 |
| Máquinas e equipamentos | 5% 25% | 1.551.156 | 1.511.087 |
| Móveis e utensílios | 10% | 862.546 | 926.655 |
| Equip. de proc. eletrônico de dados | 20% | 389.695 | 564.484 |
| Imobilizado em curso | - | 281.875.109 | 243.375.656 |
| Total | - | 467.649.740 | 435.506.925 |

Em 2018 os itens do imobilizado, mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, é de R\$590.724.299 sendo sua depreciação acumulada no valor de R\$123.074.559. Em 2017 o imobilizado era de R\$551.290.091 e a respectiva depreciação acumulada de R\$115.789.167. Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01, o cálculo do teste de recuperabilidade foi realizado em outubro de 2018 e não apontou probabilidade de perdas de ativos da CODESA. Não ocorreram alterações significativas nos meses de novembro e dezembro de 2018 que pudessem alterar o resultado do teste de recuperabilidade realizado em outubro de 2018. Os valores de imobilizado em curso são referentes a obras que estão em andamento ou em fase de conclusão, como a construção do Cais de Atalaia, Projeto VTMIS (Vessel Traffic Management Information System - Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações), Projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente entre outras obras. Composição do ativo imobilizado em 2018:

| Imobilizado líquido | Saldo Inicial | Adição | Baixa | Transf. | Depreciação acumulada | Saldo Final |
|----------------------|--------------------|-------------------|----------|----------|-----------------------|--------------------|
| Terrenos | 11.056.064 | - | - | - | - | 11.056.064 |
| Obras complementares | 2.271.074 | - | - | - | (375.788) | 1.895.286 |
| Obras civis | 172.156.159 | 425.326 | - | - | (6.058.854) | 166.522.631 |
| Instalações | 3.645.746 | 393.681 | - | - | (542.174) | 3.497.253 |
| Máquinas e equip. | 1.511.087 | 49.698 | - | - | (9.629) | 1.551.156 |
| Móveis e utensílios | 926.655 | 60.049 | - | - | (124.158) | 862.546 |
| Equip. eletr. dados | 564.484 | - | - | - | (174.790) | 389.695 |
| Imobilizado em curso | 243.375.656 | 38.499.453 | - | - | - | 281.875.109 |
| Total | 435.506.925 | 39.428.208 | - | - | (7.285.393) | 467.649.740 |

13.2 Intangível

| Intangível líquido | Taxa amortização | 2018 | 2017 |
|--------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| Software | 20% | 182.756 | 185.347 |
| Estudos e projetos | 20% | 46.909 | 46.909 |
| Rede telefônica e com.de dados | 10% | 28.938 | 40.018 |
| Projeto VTMIS | 20% | 329.363 | 593.422 |
| Outros | 10% | 25.071 | 33.291 |
| Total | - | 613.038 | 898.987 |

O intangível em 2018, no valor de R\$8.241.362, é o mesmo de 2017, alterando apenas o valor da amortização acumulada que passou de R\$7.342.375 para R\$7.628.324.

Composição do intangível em 2018:

| Intangível líquido | Saldo Inicial | Adição | Baixa | Transf. | Amortização acumulada | Saldo Final |
|--------------------|----------------|----------|----------|----------|-----------------------|----------------|
| Software | 185.347 | - | - | - | (2.590) | 182.756 |
| Estudos e projetos | 46.909 | - | - | - | - | 46.909 |
| Rede Com.de dados | 40.018 | - | - | - | (11.081) | 28.938 |
| Projeto VTMIS | 593.422 | - | - | - | (264.059) | 329.363 |
| Outros | 33.291 | - | - | - | (8.220) | 25.071 |
| Total | 898.987 | - | - | - | (285.949) | 613.038 |

Fornecedores de bens e serviços

| Contas | 2018 | 2017 |
|-----------------|------------------|------------------|
| Bens e serviços | 5.604.323 | 2.904.149 |
| Total | 5.604.323 | 2.904.149 |

O fornecimento dos bens e serviços é evidenciado pela emissão do documento fiscal, observando o regime de competência, com as devidas retenções legais.

14. Obrigações sociais e assistenciais

| Contas | 2018 | 2017 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Folhas a pagar | 0 | 51.682 |
| Provisão para férias e encargos | 5.902.403 | 5.809.085 |
| Assistência médica/odontol | 800.791 | 781.539 |
| Total | 6.703.194 | 6.642.307 |

As obrigações sociais e assistenciais referem-se a provisionamentos de férias, encargos sociais e a outras obrigações assistenciais decorrentes de benefícios a empregados, registrados por competência, para realização nos meses subsequentes ao do fato gerador.

15. Obrigações fiscais e trabalhistas

| Obrigações | 2018 | | 2017 | |
|---------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| FGTS | 463.589 | 0 | 419.634 | 0 |
| INSS | 891.645 | 0 | 1.197.339 | 0 |
| REFIS | 1.617.756 | 294.100 | 3.188.825 | 799.360 |
| PORTUS/RTSA | 1.070.500 | 9.507.562 | 1.070.500 | 10.410.668 |
| PASEP | 188.304 | 0 | 238.599 | 0 |
| COFINS | 877.638 | 0 | 1.114.101 | 0 |
| FUNDAF | 52.380 | 0 | 52.380 | 0 |
| OUTRAS | 119 | 0 | 0 | 0 |
| Totais | 5.161.931 | 9.801.662 | 7.281.378 | 11.210.028 |

As obrigações fiscais e trabalhistas da CODESA, provisionadas pelo regime de competência, são quitadas nos respectivos vencimentos. A dívida relativa aos REFIS junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, parcelada em 120 (cento e vinte) meses é corrigida pela Selic e aguarda homologação para aproveitamento do crédito junto à RFB (conforme nota 12.6). As obrigações relacionadas ao PORTUS, relativas à RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior, são corrigidas pelo INPC-IBGE e pagas conforme contrato em vigor.

16. PSP - Adiantamentos de clientes/Credores depósitos caucionados

| Contas | 2018 | 2017 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| PSP adiantamento de clientes | 1.408.785 | 1.024.267 |
| Credores por depósitos caucionados | 90.491 | 89.645 |
| Total | 1.499.276 | 1.113.912 |

PSP registra adiantamentos de clientes para Prestação de Serviços Portuários. Credores por depósitos caucionados registram valores exigidos pela CODESA aos seus clientes, a título de garantia, podendo ser em dinheiro ou escritural.

17. Depósitos, contribuições e consignações a recolher

| Contas | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| IRF - Imposto renda na fonte | 1.080.934 | 1.038.663 |
| Empréstimos banestes | 1.662 | 1.042 |
| Empréstimos Banco do Brasil | 762 | 762 |
| Lei9430/96-IRPJ-CSLL-COFINS-PIS-PASEP | 439.360 | 476.869 |
| INSS Retenção serv. prestados terceiros | 197.116 | 138.007 |
| Outros | 14.819 | 21.431 |
| Total | 1.734.653 | 1.676.774 |

Os valores consignados registram retenções sobre pagamentos efetuados a funcionários e a terceiros, cujos recolhimentos ficam a cargo da Companhia.

18. Imposto sobre serviços/repassse

| Contas | 2018 | 2017 |
|--------------------------------|----------------|------------------|
| ISS - PORTO VITORIA - TAB.I | 0 | 1.194.800 |
| ISS - PORTO DE VILA VELHA | 57.742 | 92.481 |
| ISS - VITORIA - II | 117.046 | 133.122 |
| ISSQN VITÓRIA - LEI 6075/03 | 14.336 | 47.802 |
| ISSQN VILA VELHA - LEI 4127/03 | 210.904 | 85.108 |
| Total | 400.028 | 1.553.313 |

A CODESA faz o recolhimento dos valores relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, relativo ao seu faturamento, e nos casos de atribuição de responsabilidade tributária, procede a retenção e recolhimento do ISSQN devido.

19. Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas

| Arredamentos | 2018 | | 2017 | |
|---------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Contratos | | | | |
| PETROBRAS | 4.000.000 | 26.000.001 | 4.000.000 | 28.000.001 |
| Totais | 4.000.000 | 26.000.001 | 4.000.000 | 28.000.001 |

Valor recebido antecipadamente referente contrato de cessão de direito de uso firmado com a PETROBRAS, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à CODESA, com vigência de 02/10/2008 a 30/09/2033 e visa atender ao PLANGÁS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

20. Provisões para contingências

| Provisões para contingências | 2018 | | 2017 | |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Provisão p/ contingências trabalhista | 13.085.528 | 7.236.024 | 6.918.096 | 7.567.862 |
| Provisão p/ contingências cíveis | 0 | 2.030.554 | 2.000.000 | 99.952 |
| Totais | 13.085.528 | 9.266.578 | 8.918.096 | 7.667.814 |

As ações trabalhistas e cíveis da CODESA são amparadas por depósitos judiciais, quando exigido judicialmente. As provisões para perdas são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas por relatórios técnicos da assessoria jurídica da Companhia e por consultores jurídicos contratados, que fazem o acompanhamento periódico dos processos.

| Provisões para contingências | | |
|------------------------------|-------------------|------------------|
| Depósitos Judiciais | Trabalhista | Cíveis |
| Saldo em 31/12/2017 | 14.485.959 | 2.099.951 |
| Baixas de alvarás | (3.788.239) | - |
| Provisões/Reversões 2018 | 9.623.833 | (69.397) |
| Saldo em 31/12/2018 | 20.321.553 | 2.030.554 |

Em 2018 a CODESA baixou o montante de R\$3.788.239, relativos a ações trabalhistas, conforme liberações de alvarás judiciais e constituiu provisões passivas de R\$9.623.833. Em relação a ações cíveis houve uma reversão de provisão passiva no valor de R\$69.397. Em atendimento ao que preconiza o CPC 25, as provisões e reversões para contingências passivas são realizadas mediante informações do setor jurídico da CODESA, que faz o acompanhamento das ações judiciais existentes. O Passivo contingente possível, resultante das análises jurídicas, aponta os valores R\$ R\$18.142.282,49 para ações trabalhistas e R\$ R\$16.482.160,29 para ações cíveis.

21. Outras obrigações

| | 2018 | | 2017 | |
|---------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Credores Diversos | 275.527 | 0 | 275.853 | 0 |
| Credores Dep. Caucionados | | 235.118 | | 235.118 |
| Resgate de ações | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Subtotal | 275.532 | 235.118 | 275.853 | 235.118 |
| Obrigações Convênios SNP | 0 | 6.822.468 | 0 | 6.867.418 |
| Total | 275.532 | 7.057.586 | 275.853 | 7.102.536 |

O valor da conta "Credores Diversos" refere-se a fornecedores de bens e serviços que não comprovaram certidões negativas e documentos hábeis, exigidos para o recebimento da prestação dos serviços realizados para empresas públicas. "Credores Depósitos Caucionados" referem-se a situações que estão sendo questionados pelas partes.

A conta "Convênio SEP" registra valores recebidos por meio de convênios firmados entre a Secretaria de Portos - SEP (atual SNP Secretaria Nacional de Portos) e a Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA. Os convênios têm como objetivo o repasse de recursos para execução de serviços técnicos operacionais e apoio à fiscalização e gerenciamento ambiental integrado da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, as contas "SIAFI" e "Convênio SEP" são excluídas do total do disponível e consideradas como atividades de investimento por estarem vinculadas a formação de ativos destinados ao imobilizado.

22. Obrigações Societárias - AFAC Adiantamentos para futuro aumento de capital

| Obrigações societárias | 2018 | 2017 |
|--|--------------------|--------------------|
| AFAC Governo Federal - Economia Mista | 201.736.012 | 175.717.847 |
| AFAC Governo Estadual - Economia Mista | 514.958 | 483.891 |
| Subtotal | 202.250.970 | 176.201.738 |
| AFAC Governo Federal - Empresa Pública | 32.349.492 | 0 |
| Total | 234.600.462 | 176.201.738 |

Os investimentos que o Governo Federal realiza na CODESA são contabilizados no ativo imobilizado e tem como contrapartida a conta AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

A CODESA, enquanto Empresa de Economia Mista, registrava o AFAC em conta de Passivo Não Circulante, sobre o qual incide atualização monetária pela taxa Selic até o momento em que é capitalizado por meio de aumento de capital, conforme previsto no Decreto nº 2.673/98. A Partir da transformação para Empresa Pública em 30/11/2018, os adiantamentos passam a ser registrados em conta do Patrimônio Líquido e sem a incidência de correção pela taxa Selic. Estes AFAC's também serão capitalizados por meio de aumento de capital, conforme Decreto 8945/2016. Em ambas as situações haverá a emissão de novas ações, conforme Decreto-Lei nº 1.678/1979.

23. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido da CODESA, no valor de R\$315.098.220, é composto pelo Capital Social de R\$297.940.097, pelo Prejuízo Acumulado no valor de R\$15.191.369 e pelos Recursos para Aumento de Capital Social no valor de R\$32.349.491.

23.1 Capital social

| Acionistas | R\$ | % Participação | Quant. Ações |
|----------------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| Governo União | 296.312.402 | 99,45368370% | 2.303.523.488 |
| Governo Estado do Espírito Santo | 1.627.695 | 0,54631630% | 12.653.653 |
| Total | 297.940.097 | 100.00000000% | 2.316.177.141 |

O Capital Social da CODESA, após a transformação em Empresa Pública, com a saída do acionista minoritário Rio Invest Cons. Emp. Part. Ltda, é de R\$297.940.097 e composto por 2.316.177.141 ações ordinárias.

23.2 Ajustes exercícios anteriores

| Saldo em 31/12/2017 | 0,00 |
|---|------------------|
| Atualização monetária Depósito Judicial | 7.206.592 |
| Baixa Depósitos Judicial | (1.524.267) |
| Saldo em 31/12/2018 | 5.682.324 |

O Prejuízo Acumulado é composto pela atualização monetária dos valores retidos judicialmente relativos a períodos anteriores a 2018, não realizada tempestivamente. Em 2018 os valores foram devidamente conciliados com os extratos dos depósitos judiciais e a receita incorrida até 31/12/2017 foi reconhecida na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores em função da impossibilidade de ser realizada nos exercícios de competência. As baixas são relativas a alvarás não disponibilizados na competência devida.

23.3 Prejuízos Acumulados

O Prejuízo Acumulado no exercício social de 2018, no valor de R\$15.191.369 contempla o saldo anterior (R\$2.224.578), Prejuízo do Exercício (R\$18.649.110) e o Ajustes de Exercícios Anteriores positivos R\$5.682.324.

Vitória (ES), Segunda-feira, 08 de Abril de 2019.

24. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é formada por receitas tarifárias e por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamento de áreas no porto organizado sob jurisdição da CODESA, deduzida dos impostos incidentes sobre a prestação de serviços.

| Contas | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Utilização Infraestrutura portuária | 52.541.322 | 55.684.306 |
| Armazenagem | 6.008.569 | 5.400.438 |
| Movimentação de carga | 23.956.531 | 21.960.165 |
| Serviços diversos | 27.955.303 | 29.243.034 |
| Arrendamentos | 34.200.233 | 26.629.853 |
| Subtotal | 144.661.958 | 138.917.796 |
| Impostos incidentes s/ serviços | (15.875.039) | (15.397.146) |
| Total | 128.786.919 | 123.520.650 |

25. Custos operacionais

| Contas | 2018 | 2017 |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal e encargos sociais | 38.933.505 | 44.294.288 |
| Custos assistenciais | 5.899.924 | 5.915.021 |
| Serviços de terceiros | 10.844.140 | 4.891.881 |
| Utilidades e materiais | 3.093.960 | 3.448.798 |
| Seguros | 305.183 | 330.779 |
| Depreciação e amortização | 7.237.109 | 7.361.762 |
| Total | 66.313.821 | 66.242.529 |

26. Despesas operacionais

| Contas | 2018 | 2017 |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal e encargos sociais | 28.589.076 | 32.152.415 |
| Despesas assistenciais | 11.755.757 | 11.464.181 |
| Serviços de terceiros | 10.600.591 | 16.394.362 |
| Gerais e materiais | 4.711.188 | 6.741.248 |
| Depreciação e amortização | 339.704 | 325.015 |
| PECLD (Reclassificado) | 4.809.169 | 301.977 |
| Outras | 8.772.817 | 153.214 |
| Subtotal | 69.578.302 | 67.532.412 |
| Tributárias | 952.204 | 813.965 |
| Total | 70.530.506 | 68.346.377 |

As Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram reclassificadas do grupo de Custos para o grupo de Despesas operacionais.

27. Resultado financeiro líquido

| Contas | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Receitas financeiras | 5.000.000 | 9.620.599 |
| Despesas financeiras | (1.551.152) | (1.686.366) |
| Varição monetária ativa | 737.670 | 741.288 |
| Varição monetária passiva | (12.124.422) | (14.927.649) |
| Resultado financeiro líquido | (7.937.904) | (6.252.128) |

As receitas financeiras são decorrentes de aplicações financeiras e atualizações monetárias sobre depósitos judiciais. As despesas financeiras são relativas a encargos do parcelamento da dívida com o "Portus-parcelamento" e a impostos incidentes sobre receitas financeiras. A variação monetária passiva é relativa ao crédito de acionistas, atualizado mensalmente pela taxa Selic.

28. Outras Receitas e Despesas operacionais

| Contas | 2018 | 2017 |
|--|--------------------|--------------------|
| Outros ganhos/perdas de capital | - | 25.242 |
| Reversões (Provisões) Ações Judiciais | (7.788.143) | (9.879.442) |
| Receitas Eventuais | 5.134.345 | 2.251.704 |
| Perdas de capital | - | (702.285) |
| Resultado Receitas/Disp. líquidas | (2.653.798) | (8.304.780) |

O valor de reversão de provisões para ações judiciais em 2018 foi constituído mediante necessidade de ajustar o valor das provisões cíveis, conforme determinado pelo setor jurídico da CODESA. As receitas eventuais são decorrentes de recuperação de despesas médicas e de impostos.

29. Plano de pensão/entidade fechada de previdência privada

A CODESA é uma das patrocinadoras do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC. A contribuição está respaldada na Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998 e é fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

A intervenção no PORTUS, decretada por meio da Portaria nº 459 e publicada no DOU de 23 de agosto de 2011 pela Diretoria Colegiada da PREVIC, foi prorrogada pela Portaria PREVIC Nº 834, de 29 de agosto de 2018, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 31 de agosto de 2018.

Em relação às contribuições normais e extraordinárias a CODESA não reconhece a dívida no valor de R\$ 96.530.995,74 informada na Carta Circular Interv – CORAB Protocolo nº 006.000315.2019-0, de 20 fevereiro de 2019, optando por não registrar nas suas Demonstrações Contábeis, conforme estabelece o CPC 33.

Em relação ao débito proveniente de diferenças em datas de pagamentos de contribuições patronais, no valor de R\$ 6.351.277,81 (seis milhões e trezentos e cinquenta e um mil e duzentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos), objeto de "Termo de Confissão de Dívida", conforme Processo nº 0356838-33.2010.8.19.0000000000, o qual tramita atualmente na 24ª Vara Federal, sob o nº 0007734-42.2014.4.02.5101, a CODESA aguarda que a eficácia deste acordo seja validada pelo ministério supervisor, com aquiescência da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, conforme inciso VI, do art. 2º, do Decreto 3.735/2001.

30. Maior e menor remuneração

Na forma do item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139 do Ministério da Fazenda, de 17/03/1988, a CODESA divulga a remuneração mensal dos seus empregados e dirigentes. Em 31 de dezembro de 2018 a maior e a menor remuneração são compostas da seguinte forma:

| Descrição | Maior R\$ | Menor R\$ |
|------------|-----------|-----------|
| Diretores | 29.073 | 25.266 |
| Empregados | 24.095 | 1.748 |

31. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na apresentação da DFC, as informações relativas aos recursos financeiros oriundos do Tesouro Nacional (conta SIAFI) e dos convênios, ambos destinados a investimentos, são classificadas como atividade de financiamento.

32. Demonstração do resultado abrangente

Não apresentada tendo em vista que os itens de receita e despesas não possuem resultados que incluem variações de reservas de reavaliações referentes ao ativo permanente, ganhos e perdas, de plano de pensão, ganhos provenientes de conversão de demonstração de moeda estrangeira e ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros.

Vitória (ES) 31 de dezembro de 2018.

LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO
PRESIDENTE

GUILHERME FERNANDES MAGALHAES ZUCOLOTO
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES

WALTER ARRUDA AMÂNCIO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

LUIZ SCANDIAN
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ETHEL BIANCHINE AREAL
COORDENADORA CONTÁBIL-CRC/ES 5.618/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
Vitória - ES

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis das COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira da COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS**Conciliação de ativo imobilizado**

Em 07 de fevereiro de 2018, a Empresa procedeu o inventário físico dos bens pertencentes ao seu ativo imobilizado com o intuito de controlar individualmente o seu imobilizado em sistema próprio, no entanto, até o encerramento de nossos trabalhos, o inventário não foi conciliado com a contabilidade e também não foram realizados os possíveis ajustes advindos do inventário físico dos bens, portanto não foi possível mensurar os ajustes nas contas contábeis de depreciações acumuladas e amortizações e os reflexos sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido.

Ausência de reconhecimento de dívida com a PORTUS

Conforme Nota Explicativa nº 29, a CODESA é uma das patrocinadoras do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EPPC, criado em 01 de abril de 1979 para suplementação de benefícios a seus filiados, com compromisso de contribuir mensalmente com parcelas proporcionais. A CODESA optou por não reconhecer a dívida em suas demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2018, não nos foi possível apurar os efeitos nas demonstrações contábeis da CODESA caso a dívida fosse reconhecida.

Conciliação de depósitos judiciais

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Empresa possui registrado em seu ativo o montante de R\$ 49.356.149, correspondente a depósitos judiciais, para resguardar futuras decisões das demandas judiciais em curso. A confirmação de terceiros relativo aos consultores jurídicos não mencionam os depósitos judiciais conciliados com o saldo da rubrica. Confrontamos o saldo contábil com os extratos de depósitos judiciais fornecidos pelas instituições financeiras e encontramos uma diferença de R\$ 4.906.022, a maior no saldo contábil, devido a alvarás antigos que não foram baixados contabilmente. Devido a este fato, o ativo não circulante, patrimônio líquido e resultado da Empresa estão subavaliados em R\$ 4.906.022.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Empresa apresenta o montante de R\$ 17.441.451 registrado na rubrica de Clientes a Receber em 31 de dezembro de 2018, para os quais identificamos a existência de valores vencidos há mais de 180 dias no montante de R\$ 8.527.409, enquanto que a Provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 4.073.999, demonstrando-se insuficiente para cobrir eventuais perdas.

Apropriação fiscal da reversão de depósitos judiciais

A Empresa realiza a reversão das provisões na medida em que os depósitos judiciais são baixados, em conformidade com os alvarás. Contudo nem sempre os processos judiciais baixados no ativo são ou foram objetos de provisão no passivo, como também o valor da provisão realizada no passivo pode ou não, ser igual ao valor ora depositado.

Adiantamento para futuro aumento de capital

A Empresa mantém registrado na rubrica "Obrigações Societárias - AFAC", passivo não circulante, o montante de R\$ 202.250.970 em 31 de dezembro de 2018, relativo a adiantamentos para futuro aumento de capital dos seus acionistas (Governo Federal e Governo Estadual), sendo os recursos utilizados para operação da Empresa. Considerando que o montante será capitalizado à Empresa como objeto para aumento das quotas de capital, conforme determina a Resolução CFC 1.159/2009, os AFACs realizados sem que haja a possibilidade de sua devolução, devem ser registrados no patrimônio líquido. Conseqüentemente, superavaliando o passivo não circulante e subavaliando o patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabili-

dades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS**Demonstração do Valor Adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório com modificação na opinião sobre o não recebimento das respostas das circularizações de terceiros relativas a instituições financeiras, seguradores e PORTUS e com as mesmas ressalvas contidas no parágrafo base para opinião com ressalvas datado em 26 de fevereiro de 2018.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Empresa é a responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data desse relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é a responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

Vitória (ES), Segunda-feira, 08 de Abril de 2019.

internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências

de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.

Maciel Auditores S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S – SP

Roger Maciel de Oliveira
1CRC RS – 71.505/O-3 – S - SP
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA, cumprindo o disposto no inciso V, art. 142 da Lei nº. 6.404/76, e Art. 52, incisos IV, XIII, XXXVII e XLVII do Estatuto Social, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, considerando suas ressalvas e recomendações, resolve: O Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, manifesta-se favoravelmente pelo encaminhamento do Relatório da Administração relativo ao exercício de 2018, ao Conselho

Fiscal, bem como as Demonstrações Contábeis, destacando as recomendações contidas nos Relatórios do Auditor Independente, notadamente as ressalvas já apontadas nos exercícios anteriores, salientando a relevância das ressalvas, principalmente, as relativas a conciliação do ativo imobilizado e a conciliação dos depósitos judiciais, sem deixar de considerar preocupante as outras ressalvas apontadas, solicitando à empresa que envie esforços para a rápida e imediata solução das ressalvas elencadas. Não haverá destinação de parte do lucro e provisionamento para o Programa de Lucro e Resultados – PLR, face ao prejuízo acumulado no exercício. Após manifestação Colegiada do CONFIS, o Conselho determina o encaminhamento dos documentos, na forma da Lei, à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Vitória, 11 de março de 2019.

BRUNO PINHEIRO DIAS SEMEGHINI

Presidente

LEANDRO SOARES VARGAS
Membro

CARLOS ANTÔNIO ROCHA DE BARROS
Membro

VALDIR ANTÔNIO ULIANA
Membro

MOACIR REZENDE CORDEIRO
Membro

ROUZEMBERG DE SOUZA LUGÃO
Secretário dos Conselhos

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2018

1. O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA, em sua 450ª Reunião Extraordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 82, incisos "II" e "III", do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis e Relatório Circunstanciado – MACIEL AUDITORES S/S, de 22 de fevereiro de 2019.

2. O Conselho Fiscal, em relação às demonstrações contábeis da Companhia, considerando a manifestação favorável de encaminhamento, com ressalvas, apresentada pelo Conselho de Administração e, considerando as ressalvas e recomendações apontadas no título "Base para Opinião com Ressalva" do Relatório da Auditoria Independente e no Relatório Circunstanciado, onde se destaca, sem desconsiderar as demais ressalvas: i - a ausência de conciliação do Ativo Imobilizado; ii - a necessidade de conciliação adequada dos depósitos judiciais com a contabilidade e iii - necessidade de estabelecer critérios objetivos para o registro contábil da PCLD – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e, considerando as informações gerenciais, financeiras, contábeis e orçamentárias disponibilizadas durante o exercício, OPINA no sentido de que as referidas demonstrações, observadas as ressalvas já mencionadas, refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, as quais estão

em condições de serem submetidas à Assembleia Geral para a apreciação dos Acionistas.

3. Ressalta, ainda, o registro de não distribuição de lucros em virtude do prejuízo verificado no exercício de 2018.

4. Quanto ao relatório de administração, o Conselho destaca que, em que pese ter havido diminuição do prejuízo no exercício de 2018 com relação ao exercício anterior, registrou-se um descompasso entre despesa e receita, até novembro, quando ocorreu o recebimento de valores de exercícios anteriores, pagos pela empresa TECHNIP, evitando que o prejuízo ultrapassasse aquele apurado em 2017. Tal situação não evidenciou a queda significativa na receita operacional do exercício, sendo que as despesas permaneceram no mesmo patamar, o que deve ser objeto de preocupação da empresa no exercício de 2019.

5. Cabe ressaltar o implemento com despesas relacionadas com adicionais (de risco, noturno e de sábados, domingos e feriados), apontado pela CGU, o que também deve ser objeto de preocupação da empresa, para o exercício 2019.

6. O Conselho Fiscal registra que tem reiteradamente apontado em suas atas a ausência de certidões de regularidade fiscal da empresa junto às prefeituras de Aracruz, Vila Velha e Vitória, CADIN e Ministério do Trabalho. Tal situação comprometeu a regularidade fiscal da Companhia.

Brasília, 14 de março de 2019

LEONARDO CARREIRO ALBUQUERQUE

Conselheiro Presidente

CARLOS RENATO DO AMARAL PORTILHO
Conselheiro

LACERDA DE VASCONCELOS ELIAS
Conselheiro

RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA
Conselheiro

Protocolo 473522